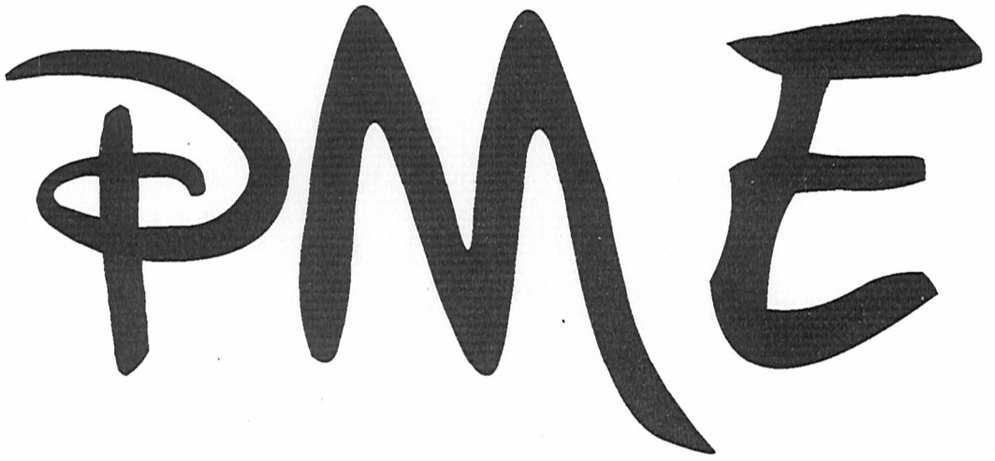
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2003 – 2013

Clarisa

Sumário

1- Apresentação do Plano Municipal de Educação 04

2- Introdução

2.1- Histórico do Plano Municipal de Educação 05

2.2- Fundamentos Legais e Diretrizes do Plano Municipal de Educação 06

2.3- Objetivos e Prioridades do Plano Municipal de Educação 07

3- Diagnóstico do Município 08

4- Histórico do Município 14

5- Histórico da Educação no Município 18

6- Histórico da Secretaria Municipal de Educação 21

6.1 - Processo de Municipalização 21

6.2 – Conselhos 22

6.3 - Criação do Sistema Municipal 23

6.3.1 - Concurso Público 24

6.3.2 - Construções e Ampliações 24

6.3.3 - Grade Curricular 24

6.3.4 - PAEE – Programa de Apoio à Educação Especial 25

6.3.5 - GAP – Grupo de Apoio Pedagógico 25

6.3.6 - Instituições Auxiliares – Conselho de Escola e APM 26

6.3.7 - Capacitação em Serviço 26

6.4 - Projetos da Secretaria Municipal de Educação

6.4.1 - FAPESP - Potencialização da Autonomia da Gestão Escolar Municipal 27

6.4.2 - CIAEI - Centro Integrado de Atendimento à Educação de Indaiatuba 29

6.4.3 - Bosque do Saber 32

6.4.4 - Educação Ambiental 36

6.4.5 - Escola de Período Integral 42

6.4.6 - Projeto de Informática 48

7- Diagnóstico da Educação Básica do Município 50

8- Níveis de Ensino

8.1- Educação Básica 55

8.1.1 - Educação Infantil 55

8.1.2 - Ensino Fundamental 58

8.1.3 - Ensino Médio 62

8.2- Ensino Superior 65

9- Modalidades de Ensino

9.1- Educação de Jovens e Adultos – Suplência 67

9.2- Educação Especial 69

9.3- Educação Tecnológica e Formação Profissional 72

9.4- Educação à Distância e Tecnologias Educacionais 74

10- Magistério da Educação Básica

10.1- Formação dos Profissionais e Valorização do Magistério 77

11- Financiamento e Gestão 80

12- Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação 84

Anexos

1- Unidades Escolares Construídas e Ampliadas no Período: 1997-2003

2- Quadro Curricular

3- Capacitações em Serviço

4- Capacitações em Serviço

5- Educação Infantil – Rede Particular

6- Educação Infantil - SESI

7- Educação Infantil – Rede Municipal

8- Ensino Fundamental – Rede Particular

9- Ensino Fundamental – Rede Estadual

10- Ensino Fundamental – Rede Municipal

11- Ensino Fundamental – SESI

12- Ensino Médio – Rede Estadual

13- Ensino Médio – Rede Particular

14- Ensino de Jovens e Adultos

15- Educação Especial

16- Ensino Profissionalizante – FIEC

17- Ensino Profissionalizante – Rede Particular

18- Educação à Distância

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2003 – 2013

1- Apresentação

O grande desafio da Educação no Brasil hoje é garantir uma escola de finalidades e trajetórias escolares bem sucedidas para todos. Esse compromisso é particularmente importante não só em relação à Educação Básica, mas em todos os níveis de Ensino, devendo assegurar ao aluno o direito constitucional à Educação, através de medidas que combatam o fracasso escolar e revertam a tendência excludente que, historicamente, tem caracterizado o Sistema Educacional Brasileiro, propiciando a todos o acesso e a permanência na escola, garantindo-lhes ainda o domínio dos conteúdos e competências para sua inserção na Sociedade.

Daqui a 10 anos, deveremos ter uma escola ainda em sintonia com os avanços sociais e culturais que formos capazes de gerar. É possível prever nesse prazo, que as novas tecnologias de comunicação e informação, na plenitude de seus avanços já estejam a serviço da educação do povo, mediante as mais diversas ofertas de educação em suas múltiplas finalidades para o mercado, pois, uma das principais funções da educação do futuro, será formar e consolidar mentes éticas para o enfrentamento do século 21.

O Plano Decenal Municipal de Educação, é uma proposta construída pelos profissionais de Educação, com a colaboração dos vários segmentos da sociedade local. Trata-se de uma proposta debatida, questionada e embasada num diagnóstico real. Será a viga mestra para gestores municipais conduzirem a Educação, buscando mecanismos que visem corrigir distorções, buscando direcionamentos para ações e atitudes que atendam às demandas atuais e futuras, visto ser este um município com crescimento considerado acima da média do Estado e da região.

2- Introdução

2.1 – Histórico do Plano Municipal de Educação

A elaboração dos Planos de Educação de todos os municípios do Estado de São Paulo, tiveram início em 14 de maio de 2003, quando, no Auditório do Teatro Fernando de Azevedo, da Secretaria Estadual de Educação, estiveram reunidos todos os secretários municipais de educação do Estado de São Paulo, para o Fórum sobre Elaboração dos Planos Municipais de Educação.

No dia 27 de maio, a Secretaria Municipal de Educação promoveu o primeiro Fórum para discussão do Plano Municipal de Educação, neste município. Todos os segmentos da sociedade foram convidados a participar do evento. Nessa oportunidade foram distribuídos subsídios norteadores para a elaboração do Plano: Objetivos do Plano Nacional de Educação; Compromissos na elaboração do Plano Municipal de Educação; Prioridades do Plano Nacional de Educação; Processo Democrático; Estruturas Temáticas; Organização dos diversos temas; Fundamentação Legal e algumas considerações gerais e Construção do Plano Municipal de Educação.

Nesse 1° Fórum, através da Portaria 1015/2003, o Prefeito Reinaldo Nogueira Lopes Cruz, constituiu a Comissão Municipal para Sugestão e Levantamento dos Dados para Elaboração do Plano Municipal de Educação.

Nos meses de maio, junho e julho, os representantes dos vários segmentos, estiveram presentes nas audiências públicas realizadas na Secretaria Municipal de Educação em São Paulo.

Em junho, a UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação, realizou um Seminário de Gestores Municipais, em Limeira, para capacitar os Secretários Municipais para a Construção do Plano. Mais uma vez, a Secretaria se fez presente.

Dando prosseguimento aos trabalhos, em 08 de julho de 2003, a primeira reunião da Comissão acontece, para discussões, sugestões e apresentação pela SEME, do diagnóstico do Município, através de levantamento de dados estatísticos.

Em 18 de agosto, no Anfiteatro do Paço Municipal, a Secretária Municipal de Educação, procede a leitura da versão preliminar do texto, para os representantes da Comissão já constituída.

2.2 – Fundamentos Legais e Diretrizes

Art. 214 – Constituição Federal de 1988.

"A lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

I. Erradicação do analfabetismo

II. Universalização do atendimento escolar

III. Melhoria da qualidade do ensino

IV. Formação para o trabalho

V. Promoção humanística, científica e tecnológica do País".

Lei n°. 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Lei Federal n°. 10.172/2001

- aprova o Plano Nacional de Educação Decenal (art. 1°)
- estabelece que os Estados e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar os seus respectivos planos decenais (art. 2°)

Diretrizes Gerais Norteadoras do Plano Municipal de Educação

A educação é elemento constitutivo da pessoa e, portanto, deve estar presente desde o momento do nascimento, como meio e condição de desenvolvimento, integração social e realização pessoal.

O grande desafio da educação neste município, é garantir uma escola de qualidade e trajetórias escolares bem sucedidas para todos, construindo relações de solidariedade, companheirismo, respeito, autonomia, interação, consciência histórica, desenvolvidas em todos os níveis de ensino, durante todo o processo educacional.

Outro desafio do município é o de oferecer uma educação que oportunize a escola para todos, sem exclusão. Esse novo momento educacional, é repleto de possibilidades e exige que se concretize ações a curto, médio e longo prazo para que a educação se transforme num instrumento efetivo e eficaz de desenvolvimento econômico e social.

O Plano Municipal de Educação, é instrumento de tomada de consciência e de co-responsabilidade da sociedade. Quando todos os segmentos são envolvidos, a busca pela educação de qualidade, que prepara o indivíduo para enfrentar os desafios da vida moderna, está garantido, pois são estes os seus próprios anseios.

2.3 – Objetivos Gerais e Prioridades do Plano Municipal de Educação

Os objetivos do Plano Municipal de Educação, estão em consonância com os do Plano Nacional de Educação:

- elevar o nível de escolaridade da população, erradicando o analfabetismo e garantindo o Ensino Fundamental obrigatório de 8 anos.
- oferecer uma educação de qualidade que possibilite o preparo e o contato com os avanços científicos e tecnológicos da atualidade.
- ampliar a visão e leitura de mundo do aluno, tornando-o um cidadão consciente de seus direitos e deveres; um cidadão criativo e crítico, capaz de analisar, tirar conclusões e interagir no contexto social, político, cultural e profissional.

  "sabe-se que quanto maior for um nível de escolarização de um povo, maior será o progresso e a qualidade de vida deste povo."
- zelar por medidas que assegurem o acesso, a permanência e o sucesso do aluno, na escola.
- ampliar o atendimento promovendo a universalização nos demais níveis de ensino.
- garantir a oferta crescente de vagas na Educação Básica e oferecer oportunidades de formação profissional que correspondam às necessidades dos diferentes mercados de trabalho.
- adotar medidas que garantam a valorização dos profissionais da educação, criando mecanismos de acompanhamento e avaliação por intermédio do sistema de avaliação com critérios objetivos.
- ampliar a oferta de vagas na educação superior pública e privada para atender às necessidades e especificidades do mercado de trabalho local e regional.
- assegurar às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais de natureza grave, o atendimento, em caráter excepcional, em escolas especiais, com professores especializados.
- favorecer a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, nas classes comuns das escolas, em todos os níveis de ensino.
- garantir a inclusão aos indivíduos excluídos à qualquer título, na aprendizagem e na construção do conhecimento, respeitando o seu ritmo, seu tempo e condição social.

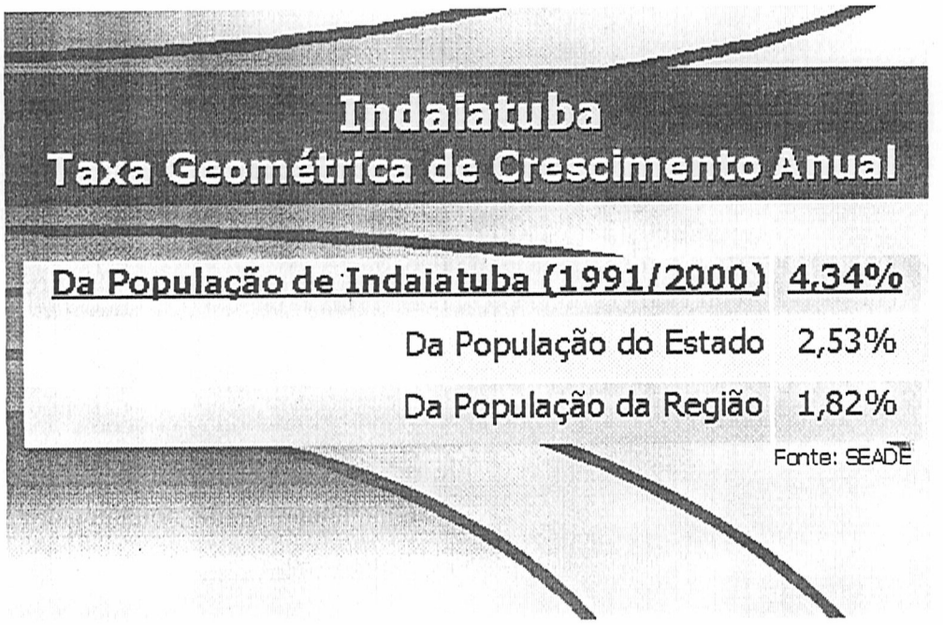
3- Diagnóstico do Município

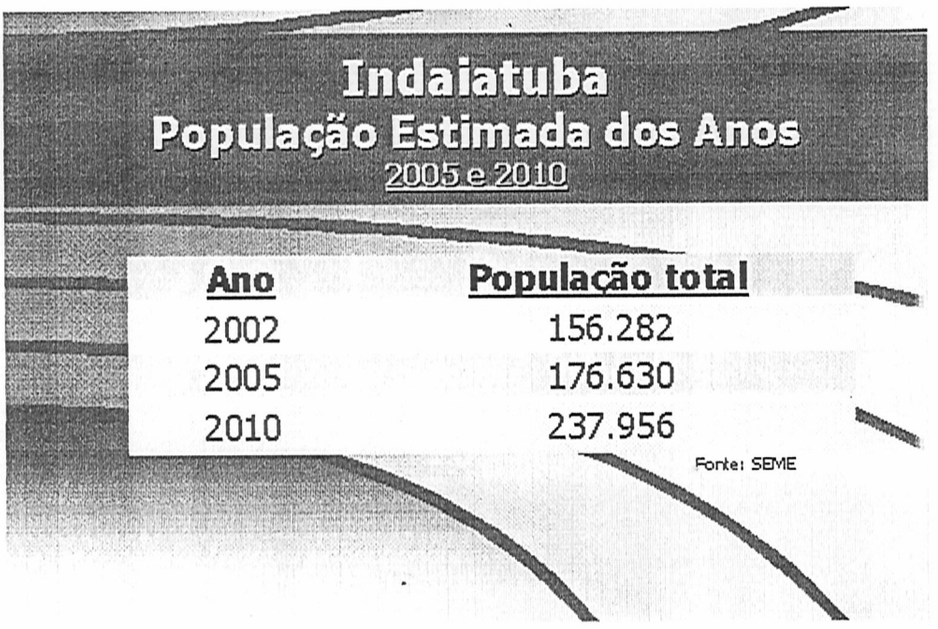


Indaiatuba
População Total
Ano Base 2002

POPULAÇÃO	Nº ABSOLUTOS	%
Urbana	153.501	98,22
Rural	2.781	1,78
Total	**156.282**	**100**

Fonte: SEADE


Indaiatuba
Taxa Geométrica de Crescimento Anual
Da População de Indaiatuba (1991/2000) 4,34%
Da População do Estado 2,53%
Da População da Região 1,82%
Fonte: SEADE


Indaiatuba
População Estimada dos Anos
2005 e 2010
Ano
População total
2002 156.282
2005 176.630
2010 237.956
Fonte: SEME

Indaiatuba
Nível Sócio-Econômico,
Ano Base 2002

Faixas de rendimento (em %)	Município	Região	Est. S. Paulo
Pessoas com rendimento de até ½ salário mínimo	0,19	0,21	0,37
Pessoas com rendimento entre mais de ½ a 1 S. M.	6,60	7,26	9,31
Pessoas com rendimento entre mais de 1 a 2 S. M.	12,73	12,25	14,76
Pessoas com rendimento entre mais de 2 a 3 S. M.	14,21	13,24	13,58
Pessoas com rendimento entre mais de 3 a 5 S. M.	22,86	21,12	18,98
Pessoas com rendimento entre mais de 5 a 10 S. M.	22,55	22,46	19,77
Pessoas com rendimento maior que 10 S. M.	14,02	15,87	14,30
Pessoas sem rendimento	6,84	7,59	8,94
Rendimento médio das pessoas (em reais de julho de 2000)	1032,52	1131,83	1076,21

Fonte: SEADE

Indaiatuba
Renda Mensal por Domicílio,
Ano Base 2000

RENDA	% DE DOMICÍLIOS
Até 2 salários mínimos	26,36%
Entre mais de 2 até 3 salários mínimos	14,21%
Entre mais de 3 até 5 salários mínimos	22,86%
Entre mais de 5 e 10 salários mínimos	22,55%
Acima de 10 salários mínimos	14,02%

Fonte: SEME

Aspectos Demográficos e Sociais

- População
  Em 1970: 30.210 hab.
  Em 1980: 55.731 hab.
  Em 1991: 99.949 hab.
  Em 1997: 125.954 hab.
  Em 2000: 146.829 hab.
- Crescimento populacional
  1980-1991: 5,45% (Região de Governo de Campinas:3,39%)
  1991- 1997: 3,93% (Região de Governo de Campinas: 2,39%)
  Participação da população do município no estado
  1980: 0,22%
  1997: 0,36%

Aspectos Demográficos e Sociais

- Estrutura Populacional
  1980 → 0 a 14 anos: 33,62%
  15 a 64 anos: 62,41%
  + de 65 anos: 3,97%

  1997 → 0 a 14 anos: 27,18%
  15 a 64 anos: 67,88% → 15 a 29 anos: 42,4%; 30 a 44 anos: 34,7%; 45 a 64 anos: 22,9%
  + de 65 anos: 4,95%
- Taxa de Dependência = (pop. 0 a 14 anos + pop. de 65 ao mais) / pop. de 15 a 64 anos
- 1980: 60,22%
- 1997: 47,34%

Emprego

Número de Empregados Formais (%) por Grau de Instrução (1988)

Grandes Setores	Analfabeto	1o. Grau*	2o. Grau*	Superior*	Ignorado	Total
Indústria	2,09	84,22	8,76	4,09	0,84	100,00
Construção Civil	0,00	89,74	10,26	0,00	0,00	100,00
Comércio	6,75	79,71	10,28	2,29	0,97	100,00
Serviços	2,23	69,13	17,31	10,84	0,50	100,00
Agropecuária	9,03	90,97	0,00	0,00	0,00	100,00
Outros	0,00	60,82	15,46	23,71	0,00	100,00
Total	2,68	80,40	10,67	5,48	0,76	100,00

Fonte : RAIS-MTB
* Completo e Incompleto

Emprego

Número de Empregados Formais (%) por Grau de Instrução (1998)

Grandes Setores	Analfabeto	1o. Grau*	2o. Grau*	Superior*	Ignorado	Total
INDUSTRIA	1,9	69,6	22,6	5,9	0,0	100,0
CONSTR CIVIL	2,9	80,1	14,7	2,3	0,0	100,0
COMERCIO	1,0	65,4	30,4	3,1	0,0	100,0
SERVICOS	1,1	56,7	24,1	18,0	0,2	100,0
AGROPECUARIA	4,3	90,2	4,3	1,1	0,0	100,0
OUTROS	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Total	**1,6**	**66,1**	**23,6**	**8,7**	**0,1**	**100,0**

Fonte: RAIS-MTB
* Completo e Incompleto

Indaiatuba

Estabelecimentos Cadastrados no

Ministério do Trabalho e de Trabalhadores Formais Ano Base 2001

SETOR	ESTABELECIMENTOS Nº	%	TRABALHADORES FORMAIS Nº	%
Industria	618	23,30	14.195	47,31
Comércio	1168	44,04	5.384	17,94
Serviços	789	29,75	9.854	32,84
Outros	77	2,90	571	1,90
TOTAL	**2652 estabelecimentos**	**100 %**	**30.004 trabalhadores**	**100 %**

Fonte: SEADE

Indaiatuba

Indicadores Qualidade de Vida,

Ano Base 2000

Indicador (%)	Indaiatuba	Região	Est. São Paulo
Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	10,49	11,98	15,04
Mortalidade por homicídio (por cem mil habitantes)	20,44	36,69	41,73
Abastecimento de água (nível de atendimento)	94,37	97,23	97,38
Esgoto sanitário (nível de atendimento)	91,93	83,12	85,72
Coleta de lixo (nível de atendimento)	98,89	99,03	98,90

Fonte: SEADE

4- Histórico do Município

Indaiatuba – nome dado devido a grande quantidade, de uma variedade de Palmeiras de nomes Indayás, que havia no lugar. Foi fundada a cerca de 300 anos, fins do século XVII, por José Costa, que residia na região de Caldeira, nas proximidades da foz do Ribeirão Votura (atual córrego do Caldeira, também conhecido por córrego do Barnabé ou Bela Vista) no rio Jundiaí, ao edificar uma capela nessas proximidades (marco inicial de Indaiatuba). Em razão de a mesma localizar-se a meio caminho das vilas de Itu e de São Carlos (atual Campinas), tornou-se caminho dos tropeiros devido as aguadas e pastagens. Começou surgir em torno da capela um aglomerado de casas (de barrote). Era o povoado Votura (início de Indaiatuba), que foi prosperando com o tempo, com estalagens, casas de comércio e de pouso, pernoite para os tropeiros (fins do século XVII).

Uma tragédia, porém, vem interromper esse desenvolvimento. Por volta de 1740, uma terrível epidemia de varíola (bexigas) dizima quase todos os moradores. Os sobreviventes à terrível peste, atribuíram o aparecimento da epidemia à localização do povoado às margens dos dois rios. Resolveram transferir o povoado para lugares mais alto, a uns 6 Kms. próximos ao ribeirão Belchior e córrego Barnabé, perto de onde se encontra hoje a igreja Nossa Senhora da Candelária.

O pequeno povoado recebeu o nome de Cocais, pela grande quantidade de uma espécie de Palmeiras rasteiras, produzindo rente ao chão cachos de cocos diminutos, conhecidos por Indaiá. Mais tarde, em 1830 receberia oficialmente o nome de Indaiatuba.

Em 1830, o povoado é elevado a categoria de freguesia com o nome de Indaiatuba, por decreto do imperador Dom Pedro I, datado de 09 de Dezembro de 1830.

Vinte e nove anos depois, Indaiatuba alcançou a sua emancipação política e administrativa, desvinculando-se de Itu, com a elevação de sua sede à categoria de Vila, criando-se o município de Indaiatuba, pela Lei n°. 12 de 24 de março de 1859.

O município então criado ficava obrigado a construir um prédio próprio para o funcionamento de Câmara, tendo como anexo a cadeia.

Em 17 de abril de 1873, foi inaugurada a estrada de ferro da companhia Ituana de Estrada de Ferro e Navegação, que passava pelos bairros de Pimenta e Itaici. Em 1875 já se estendia até Capivari.

Nesse tempo toda a cidade vivia às escuras. Só em 1888 é que se inaugurou iluminação pública a querosene.

Na segunda metade do século XIX, a economia girava em torno das culturas de cana e principalmente do café. Em 1872, 50% da população de 749 pessoas, era escrava (1869).

Não existia o cargo de Prefeito. O presidente da Câmara, que foi eleito entre os vereadores mais votados (período Imperial).

Em 19 de dezembro de 1906, Indaiatuba foi elevada à categoria de cidade, pela Lei Estadual 1038. Mais tarde, passaram a chamar-se Prefeitos, em 1945.

A rede de energia elétrica foi instalada em 1913.

A partir de 1920, começam a instalar no município, as primeiras unidades industriais: atraídas por condições climáticas favoráveis, empresários do ramo de transformação madeireira instalaram suas indústrias no município (cabo de guarda-chuva) cuja produção era vendida para todo o Brasil. Após 1945, o setor têxtil germinou firmando-se no mercado até hoje, quando a cidade passou a ser conhecida como a capital do Jeans. Em 1946, nascia a indústria Cotonifício Indaiatuba S/A, pioneira no ramo. Na década de 60, o parque industrial consolidou-se com o recebimento de grandes indústrias mecânicas e metalúrgicas. Aos poucos o perfil da cidade vai se modificando, de rural para esse novo contexto econômico, marcado pelo grande salto da criação do Distrito Industrial de Indaiatuba, em agosto de 1973.

Em 1974, nasce a AIMI – Associação das Indústrias do Município de Indaiatuba. As condições para o progresso da municipalidade seriam favorecidas pelo seu potencial energético, aliado à localização em relação aos grandes centros industriais e comerciais e às opções de vias de acesso a outras cidades, garantidas através das rodovias: Anhanguera, Bandeirantes, Dom Pedro e Castelo Branco, além do Aeroporto Internacional de Viracopos, responsável por 80 % do movimento de carga aérea do país. Por essas vias, Indaiatuba garante ligações com os principais pólos comerciais e industriais de São Paulo – o maior mercado de negócios da América Latina – além do Triângulo Mineiro, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e o Sul do País. Outra alternativa é a linha ferroviária da FEPASA – FERROBAN e a não distante e futura hidrovia do Rio Tietê, cujo projeto prevê um porto a 35 Kms. da cidade, sem contar o de Santos, a 200 Kms. Fatores fundamentais para o escoamento da produção e relações comerciais.

De acordo com o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), desde a fundação da cidade em 1830, até 1970, o número de habitantes aumentou de 2.026 para 30.556. Da década de 70 para cá, a cidade conta com cerca de 160.000 habitantes, registrando portanto, um crescimento populacional da ordem de 3905 processados em 140 anos. Até o final de 1996, Indaiatuba ocupava o 7° lugar entre as maiores economias do Estado de São Paulo. Atualmente a cidade conta com um Parque Industrial bastante diversificado, comportando cerca de 413 Indústrias em atividade; dente essas: Singer do Brasil, Uni Lever, Yanmar do Brasil S/A, Toyota Motors

Corporation, General Motors – Campo de Provas, Plastek do Brasil, Moto Honda da Amazônia – Centro de Treinamento, Recypet (Grupo Rodia), Cerâmica Ceciliato, TMD Friction, Man Hummel Brasil Ltda, Mahle Metal Leve Miba Sinterizad, Labogen, Metalúrgica Osan, Ericsson do Brasil, Tigre S/A Tubos e Conexões, Corona Brasil Ind. e Com. e Representação Ltda.

Indaiatuba é uma das cidades que abriga uma Diretoria Regional do CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, abrangendo outras cidades: Itu, Salto, Boituva, Tietê, Cerquilho, Elias Fausto, Monte Mor e Porto Feliz. O CIESP é um braço da FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo, órgão que concentra todo o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro.

A verba para os braços sociais como o SESI e SENAI, vêm de percentuais arrecadados de cada indústria. O SESI em Indaiatuba, surgiu em 1992 e o SENAI em 1997.

Com a criação da Associação Comercial Industrial e Agrícola de Indaiatuba, a ACIAI, em 1970 e a implantação do Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, o comércio passou a ganhar maior desenvolvimento. Ganhou, redes de supermercados, dois shoppings, dois cinemas e uma unidade do McDonald´s.

A cidade conta ainda com um número grande de estabelecimentos prestadores de serviços, incluindo-se os dos profissionais liberais (médicos, advogados, dentistas, engenheiros, contabilistas, despachantes, etc).

No ramo de comércio de veículos automotores temos: IVESA, Balila, Itaici Veículos, Toyota.

Com o crescimento da cidade, várias entidades de classes foram se formando: ACIAI (1970), AIMI (1973), Associação dos Engenheiros (1977), Associação dos Advogados (1978), Sindicato dos Trabalhadores Industriários, Sindicato dos Professores Estaduais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Médicos, Sociedade Amigos de Bairro, etc.

Na questão dos transportes, a cidade é bem servida. Além de ter uma localização privilegiada, é servida pela Rodovia SP 75, que interliga ao Aeroporto Internacional de Viracopos (12 Km.), às cidades de Campinas (26 Km.), Salto (18 Km.), Itu (24 Km.) e a Rodovia Castelo Branco.

Duas empresas servem o município. A intermunicipal, a Cia. Bonavita de Transportes e a Cidade do Sol, dentro do município. As demais particulares.

Na área de Comunicação, o atual serviço telefônico é a Telefônica. A antiga Telesp foi inaugurada em 1973, com equipamentos de controle automático. Funciona em Sistema DDD e DDI.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos se encarrega do serviço postal e telegráfico efetuando e com muita eficiência, entregas domiciliares. Possui prédio próprio, no centro da cidade.

A Rádio Jornal de Indaiatuba, pioneira, começou a operar em 1981. Contamos ainda com a Modelo FM e outras de caráter experimental. Uma emissora de TV, canal local.

Quanto aos estabelecimentos de crédito, a rede é constituída por 12 Bancos: Mercantil de São Paulo (mais antigo, 1942); Banco Itaú S/A, Banespa, Banco do Brasil, Banco de Crédito Nacional, Banco Real, Bradesco, HSBC, Banco América do Sul, União de Bancos, Caixa Econômica Estadual, Caixa Econômica Federal e BBV.

5- Histórico da Educação no Município

A Educação em Indaiatuba está submetida à gestão da SEME e à Secretaria de Estado da Educação através da Diretoria Regional de Ensino de Capivari, a partir de 1999.

O sistema estadual oferece Ensino Fundamental, Médio, Supletivo e Superior FATEC – Faculdade de Tecnologia. O sistema municipal oferece Educação Infantil, Especial, de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental, Profissionalizante – CEPIN – Centro Profissionalizante de Indaiatuba.

Na Educação Infantil: Creche, a faixa etária das crianças é de 0 a 3 anos, a de Pré-escola é de 4 (nível I), 5 (nível II) e 6 anos (nível III). Já no Ensino Fundamental, de 7 a 14 anos, e no Projeto EJA, idade acima de 14 anos.

A Secretaria Municipal de Educação, além de gerir a rede escolar municipal, é responsável pelo serviço de Alimentação Escolar e Passes Escolares de ambas as redes.

O sistema Municipal de ensino público conta hoje com 50 unidades escolares num total de 15.000 alunos, aproximadamente.

A rede pública estadual, conta no município, com 24 escolas e um total aproximado de 20.000 alunos, entre Ensino Fundamental e Médio, e uma Faculdade, a FATEC, com o curso Automação para Escritórios.

A rede particular conta com mais de 40 escolas, entre educação infantil, ensino fundamental, médio, profissionalizante e superior (UNOPEC). Total de alunos: 6.000 aproximadamente.

As filantrópicas: SESI e SENAI, respondem por um número aproximado de 3.500 alunos.

Segundo levantamentos atuais do Censo Escolar (MEC), o município de Indaiatuba registra um total aproximado de 44.500 estudantes.

Ainda na área de Educação, o município de Indaiatuba conta com vários grupos de escoteiros, com um número aproximado de 400 crianças.

A escola E. E. Randolfo Moreira Fernandes, é a mais antiga. Funcionou desde 1911, no local onde se encontra o Colégio Comercial Candelária. Desde 1937 teve seu prédio próprio à Praça Dom Pedro II, e hoje está instalada em outro prédio na Cidade Nova.

A segunda E. E. Joaquim Pedroso de Alvarenga, localizada na zona rural, no povoado de Itaici, conta com prédio próprio funcionando desde 1946. Em 1961, começou a funcionar a E. E. Professora Áurea Moreira da Costa.

Em 1963 E. E. Benedita Wagner de Campos, conseguindo prédio próprio em 1970.

Em 1965 a E. E. Professora Helena de Campos Camargo, antigo Grupo Escolar da Vila Industrial.

Em 1969 criação da E. E. Geraldo Enéas de Campos, funcionando nas dependências da Escola de Comércio Candelária, passando em 1976, a funcionar em prédio próprio, no Jardim Pau Preto.

Em 1970 criação da E. E. Hélio Cerqueira Leite em prédio municipal no Bairro Cidade Nova.

A escola tradicional é a E. E. Dom José de Camargo Barros, instalada em 08 de junho de 1950, completando neste ano 53 anos de funcionamento, atende hoje, uma clientela de alunos do Ensino Médio. Funcionou por 7 anos junto com a E. E. Randolfo Moreira Fernandes e de 1958 a 1972 no prédio cedido pela Prefeitura Municipal, no bairro Cidade Nova. Em 1972, ganhou prédio próprio, na Avenida Presidente Kennedy.

Com o crescimento acelerado da cidade de 1980 até hoje, muitas outras escolas foram criadas para o sistema estadual de ensino público: E. E. Professor Antônio de Pádua Prado, E. E. Professora Suzana Benedita Gigo Ayres, E. E. Professor Dr. Camilo Marques Paula, E. E. Professor Milton Leme do Prado, E. E. Professora Anunziatta V. Prado, E. E. Maria de Lourdes Stipp Steffen, E. E. Professora Deolinda Maneiro Severo, E. E. do Jardim Alice (CAIC), Filantrópica (SESI).

A Escola de Comércio Candelária, foi instalada em 1958, particular de ensino comercial a princípio, mantém hoje outros cursos. Funciona em prédio próprio desde 1964, à Praça Leonor de Barros Camargo.

A Rede Municipal de Ensino teve início com o ensino pré primário em 1970. Nesse ano, 500 crianças freqüentam esse nível escolar, em classes mantidas pela Prefeitura Municipal, no prédio da E. E. Hélio Cerqueira Leite, e no Parque Infantil Dr. Jácomo Nazário, instalado em 1° de março de 1970 na Praça Rui Barbosa, além de mais 230 crianças em outras 17 classes, funcionando em outros estabelecimentos da zona urbana.

A iniciativa particular também se dedica à instrução a criança em idade pré escolar: Escola do Pica Pau Amarelo, a Escola Alavanca e Carrossel.

A partir dessa data, a rede municipal de Educação Infantil, teve um crescimento contínuo, com a construção de prédios próprios e instalação de novas unidades, atendendo à demanda cada vez maior, chegando hoje com o número de 5.823 crianças, distribuídas em 35 unidades escolares.

Em 1998, atendendo à LDB 9394/96 é criado, através da Lei Municipal 3.507/98, o Sistema Municipal de Ensino. Quatro escolas de Ensino Fundamental passam a integrar o sistema municipal de ensino. Em prédios próprios a EMEF Professora Elizabeth de Lourdes Cardeal Sigrist, no Jardim Morada do Sol, EMEF Professora Maria Benedicta Guimarães, no Jardim Teotônio Vilela, EMEF Professor Luiz Carlos Batista de Moura, no Jardim São Conrado, EMEIEF Professor Osório Germano e Silva Filho, no Jardim São Paulo.

Hoje o número de escolas municipais de ensino fundamental são ao todo dezessete, sendo que em uma delas funciona o PAEE – Programa de Apoio à Educação Especial.

Contamos com o EJA – Educação de Jovens e Adultos, em diversas Unidades Escolares da municipalidade.

A cidade conta ainda com um significativo número de escolas de idiomas, de informática e as confessionais das Igrejas Adventista e Assembléia de Deus.

Os demais equipamentos culturais da cidade hoje constituem-se da Biblioteca Municipal Rui Barbosa, Museu do Casarão, Corporação Musical Vila Lobo, Orquestra de Câmara de Indaiatuba, Projeto Guri em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado; Grupos de Teatro do Casarão, todos pertencentes a Secretaria de Cultura do Município.

A Tribuna de Indaiá, é o jornal mais antigo da cidade, fundado em 1955.

Em 1983, surgiu outro jornal, o "Votura".

Além desses, contamos hoje com a Folha da Gente e o Jornal Cidade.

Foi inaugurado em fins de 1999, o Espaço Cultural Tom da Terra, de iniciativa particular. Quanto ao comércio, a cidade atende quase que totalmente às necessidades de seus habitantes.

Quanto ao Sistema de Saúde, o município oferece atendimento em dois hospitais, além de um grande número de clínicas e laboratórios de análises para todas as especialidades.

6- Histórico da Secretaria Municipal de Educação

A educação do município em toda sua trajetória, tem desempenhado papel relevante no atendimento a uma população hoje estimada em 160.000 habitantes.

A Secretaria Municipal de Educação, até 1.997, contemplava uma Rede Municipal de Educação Infantil e EJA, com uma demanda em torno de 4.640 alunos, distribuídos em 30 escolas (23 EMEIs e 7 pólos do EJA).

Em conseqüência da Legislação Federal 9394/96 – LDB – Lei de Diretrizes e Bases, a Administração Reinaldo Nogueira, através da Secretaria Municipal de Educação, dá início ao desenvolvimento de esforços para que o impacto da transição seja minimizado ao máximo e toma ações no seguinte sentido: elaboração do projeto para sua reestruturação interna; manutenção da Comissão de Estudos da Municipalização do Ensino Fundamental à disposição da comunidade; levantamento criterioso dos locais e da demanda para a construção de prédios escolares; providências de mudanças legais LOM (Lei Orgânica Municipal), na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e estudos do Estatuto do Magistério Público Municipal, para adequá-las as novas exigências; providência para alterações do Conselho Municipal de Educação, de modo a torná-lo mais representativo; estabelecimento de contatos e convênios com Instituições de Financiamento para Projetos de pesquisa, na área de Políticas Públicas, em especial da Educação, outras Entidades de Ensino e Entidades representativas de vários segmentos da comunidade em geral.

6.1- Processo de Municipalização – 1.997

Para dar início à participação na Administração Municipal de Indaiatuba, foi instituída uma comissão encarregada de realizar estudos e proporcionar esclarecimentos sobre o processo de Municipalização do Ensino Fundamental, no município. Com esse intuito realizou-se uma série de eventos para esclarecer e provocar a participação, em razão do desconhecimento do tema.

Foram inúmeras as visitas de esclarecimento às unidades escolares do município, promovidas pela Secretaria Municipal de Educação – SEME, no início da atual administração, em 1.997, e também palestras realizadas na Câmara Municipal de Indaiatuba, sobre a Municipalização do Ensino Fundamental, o que foi possibilitado a todo o corpo funcional da SEME, e de suas unidades educacionais, bem como a autoridades municipais, professores, diretores de unidades educacionais não municipais e ao público em geral interessado pelo tema. Citem-se as seguintes palestras: *"Propostas da nova LDB e as suas Implicações na Educação do Município"*, realizada pela coordenação do Laboratório de Gestão Educacional – LAGE – FE/UNICAMP;

"LDB", realizada pelos assessores técnicos da SEME e membros da comissão para estudos da Municipalização em Indaiatuba; *"Municipalização do Ensino Fundamental"*, realizada pela presidência da UDEMO – Sindicato dos Especialistas da Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo; *"Municipalização do Ensino Fundamental"*, realizada pela presidência da Comissão da Associação dos Municípios do Estado de São Paulo.

Este chamamento à comunidade para participar, conhecer e tomar consciência das prerrogativas legais para a educação, fazia-se necessário em virtude de algumas manifestações internas e externas à organização educacional seja pelo próprio objeto do processo de Municipalização e o entendimento da institucionalização do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, em especial pela subvinculação do orçamento da educação nas esferas estadual e municipal, para o Ensino Fundamental.

Segundo a SEME, o processo de participação e integração em Indaiatuba remete a questões tanto da comunidade interna como da externa em relação à educação, ou seja, o que se realizou foi, de um lado, disponibilizar aos diretores, professores e funcionários o processo segundo o qual seria estruturada a Secretaria para poder atender aos compromissos que seriam assumidos por determinação legal e, por outro lado, as questões externas seriam encaminhadas por esfera de poder representada pelo executivo, legislativo e colegiado, como forma de atingir as ações traçadas, partindo do princípio da existência de uma predisposição à Municipalização da educação com participação da população.

6.2- Conselho Municipal de Educação e FUNDEF

Tendo esta vista a reestruturação com a descentralização do ensino do Estado para o Município, algumas providências legais de competência local foram tomadas. Dentre estas disposições legais, citem-se: a Lei Municipal n.° 3429 de 08 de julho de 1997, *"altera a Lei Municipal n° 3367/96, que dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho Municipal de Educação"*; o Decreto n.° 6114 de 23 de setembro de 1997, *"constitui o Conselho Municipal de Educação"*; a Lei Municipal n.° 3487 de 12 de dezembro de 1997, *"autoriza o Prefeito Municipal a assinar termo de parceria educacional Estado-Município para o atendimento do ensino fundamental"* e o Projeto de Lei Municipal n.° 0158/97, que *"cria o Sistema Municipal de Ensino e estabelece normas gerais para a sua adequada implantação"*.

Dentre estes dispositivos legais municipais o que nos chama a atenção é a lei municipal, que altera a composição do Conselho Municipal de Educação. Mediante um exame comparativo entre as duas leis, notamos que a representatividade do atual

Conselho é maior, passando de 8 (oito) representações para 15 (quinze). Esse aumento seguia a adequação legal no contemplar as representações dos segmentos atingidos pelo processo de Municipalização. Outro aspecto a ser considerado refere-se ao fato de se tratar de um órgão normativo, deliberativo e consultivo da Secretaria Municipal de Educação e não mais de assessoria da Administração Municipal. Outro, ainda, é a representação da Secretaria Municipal de Educação, em seu Artigo 3°, § 2°, pelo qual se estabeleceu uma mudança de escolha dos representantes, ou seja, anteriormente, a escolha dos três representantes era feita pelas partes e hoje um representante é indicado pelo Prefeito e os outros dois indicados pelo titular da pasta da Educação.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério **(FUNDEF)** foi instituído pela Emenda Constitucional n° 14, de 12 de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n° 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto n° 2.264, de 27 de junho de 1997. Sua implantação se deu em 1° de janeiro de 1998, quando passou a vigorar em todo o País, exceto no Pará, onde a implantação ocorreu em julho de 1997, por força de lei estadual.

A maior inovação do FUNDEF consistiu na mudança da estrutura de financiamento do **ensino fundamental** no País, pela subvinculação de uma parcela dos recursos a esse nível de ensino, com distribuição de recursos realizada automaticamente, de acordo com número de alunos matriculados em cada rede de ensino fundamental, promovendo a partilha de responsabilidades entre o governo estadual e os governos municipais. As receitas e despesas correspondentes, por sua vez, deverão estar previstas no orçamento e a execução, contabilizada de forma específica.

6.3- Criação do Sistema Municipal de Ensino

Em janeiro de 1.998, a Lei Municipal 3.507, cria o Sistema Municipal de Ensino, composto pelos seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Instituições do Ensino Fundamental, Médio e de Educação Infantil, mantidas pelo Poder Público Municipal, Instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.

O município de Indaiatuba, de forma diferenciada entre as várias parcerias existentes, optou pela alternativa da Municipalização em seu convênio com o Estado, onde se encarrega de determinados programas como: a merenda escolar, o transporte de alunos, funcionários postos à disposição das escolas estaduais e programas estes desenvolvidos junto com a rede estadual. Para o ensino fundamental a opção é pela expansão gradativa, por meio da expansão da rede municipal de ensino e com isso, foram e estão sendo construídas novas escolas e implantadas salas de 1ª a 4ª séries em Escolas Municipais de Educação Infantil, em bairros periféricos com demanda não

atendida pelo Estado. Este princípio norteador, garante ao município o cumprimento da legislação e tem contribuído para que o ensino seja realmente democratizado. As principais providências tomadas para estabelecer o Sistema foram:

6.3.1- Concurso Público

Em decorrência da Municipalização do Ensino Fundamental, houve necessidade da realização de Concursos Públicos, para admissão de professores, professores substitutos, especialistas, capacitadores, psicólogos, fonoaudiólogos, secretários de escola, oficiais de escola, inspetores de alunos, serventes e serventes auxiliares, para prover a escola e suas necessidades.

Houve aumento real da oferta de vagas e a rede física foi reorganizada em parceria com o Estado, possibilitando a este a expansão do ensino médio. Todas as escolas estaduais passaram a funcionar em dois ou três períodos e novos postos de trabalho foram criados. O município disponibilizou unidades próprias para que se instalassem classes de Ensino Médio Regular e Supletivo, Telecurso, em parceria com o Estado e Entidades Comunitárias ou ligadas às Indústrias. Considerando a faixa etária especifica, o ensino fundamental está praticamente universalizado, por intermédio do direcionamento racional das verbas destinadas à educação.

6.3.2- Construções e Ampliações

A Administração Pública Municipal, tem aplicado muito de seus recursos, na construção de novas unidades escolares, assim como nas reformas e ampliações de outras, já existentes. Todas as escolas possuem ambientação adequada com equipamentos necessários e materiais didático-pedagógicos para atender da melhor forma possível e garantir a qualidade de ensino aos alunos da Rede municipal. (Ver Anexo 1).

6.3.3- Grade Curricular

Para o Ensino Fundamental Regular, foi organizada e implantada uma grade curricular diferenciada, constituída das disciplinas de: Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Artística, Educação Física e Filosofia; com professores especializados, para garantir e sustentar a qualidade de ensino necessária para a formação básica da criança. (Ver Anexo 2).

6.3.4- PAEE – Programa de Apoio à Educação Especial

Outro serviço diferenciado que a SEME disponibiliza à população é o PAEE, criado através do Decreto 7.299 de 13/11/2001 (retroagindo seus efeitos a 01/02/1.997), destinado ao atendimento as crianças portadoras de necessidades especiais (física, mental, auditiva, visual). Este Programa está estruturado fisicamente com todos os equipamentos adequados e pedagogicamente com um corpo docente altamente especializado: professores de nível universitário, psicólogo, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional. Para este serviço também é garantido o transporte escolar com segurança. São veículos adaptados que conduzem os alunos das suas residências para a escola e vice-versa. Este tipo de transporte também é extensivo aos alunos que estudam em Campinas, no Instituto SER; Braille e Anne Sullivan (Escolas Especializadas). Ainda nesta área de atendimento, a Prefeitura Municipal, através da SEME, mantém desde 1.999 convênio com a escola Branca de Neve, neste município.

6.3.5- GAP – Grupo de Apoio Pedagógico

Outra ação implementada pela SEME foi a criação do GAP, através da Resolução 05/99, a qual surge da necessidade de atendimento as novas exigências impostas pela ampliação de seus diversos serviços. Para garantir a concretização dos objetivos de sua política educacional, que tem como eixo a participação e integração da comunidade, fez-se necessário, sobretudo, a percepção do modo como os diversos segmentos internos se articulam, se inter-relacionam ou se completam diante da realidade em que se pretende atuar.

Por meio de portaria, é instituído para atuar no GAP um grupo de especialistas para a instância executiva, supervisores, psicólogos, fonoaudiólogos, professor-capacitador, orientador pedagógico, consultor técnico; instância consultiva e deliberativa: Secretária Municipal de Educação, Assessor da Secretária, Diretores de Departamento, com os seguintes objetivos: desenvolver programas de trabalho que contribuam para a gestão educacional da secretaria; criar e implementar mecanismos que facilitem a comunicação interna e externa do sistema, visando a organização do fluxo de trabalho pedagógico; promover e propiciar a participação da comunidade interna, visando um plano de trabalho integrado nos diversos serviços, programas, projetos e atividades pedagógicas e subsidiar, acompanhar e avaliar as ações e atividades desenvolvidas no âmbito das unidades educacionais.

6.3.6- Instituições Auxiliares – Conselho de Escola, APM

Uma outra meta de especial importância para a SEME, é envolver a municipalidade na participação e integração no processo que se estabeleceu por ordem legal, em atendimento a LDB 9394/96 no que tange à organização da educação nacional, em seu artigo 12.

Muito embora seja fundamental a participação civil na formulação, implantação e avaliação das políticas públicas, entendemos que este envolvimento deve ocorrer visando a transparência e a democratização do processo, objetivando a extensão do oferecimento de serviços educacionais, com finalidade, para a população.

Inúmeros diagnósticos, observações e estratégias estão sendo adotados para estimular essa interação na Rede Municipal de Ensino.

Nessa perspectiva de compreender e abarcar nossa visão na escola, o Conselho de Escola é o instrumento de participação que possibilita a articulação de todos os envolvidos no processo, independentemente de seu nível de conhecimento, estabelecendo relações de participação na construção do processo ensino-aprendizagem. É uma aprendizagem, já que envolve diferentes saberes (os técnicos e os informais) de diferentes pessoas (pais, alunos, funcionários, professores, direção). Nesse sentido foram realizadas reuniões em todas as unidade escolares, com o objetivo de motivar a participação e adesão dos pais nos Conselhos de Escolas e APMs. Esses chamamentos são feitos pelos diretores de escolas, preferencialmente no início do ano letivo.

Hoje essas Instituições Auxiliares, na rede municipal de Ensino, têm-se mostrado muito mais ativas e participativas com suas respectivas contribuições.

6.3.7- Capacitação em Serviço – Ações

Diante da necessidade de oferecer aos professores um conhecimento compatível com a Proposta Pedagógica em sala de aula, aos coordenadores o conhecimento sobre como estar intervindo diretamente nas ações realizadas pelo professor, e aos diretores e coordenadores os procedimentos de como estar favorecendo a integração e a interação dos diferentes segmentos existentes na escola, aos funcionários da SEME, equipe de apoio das Unidades Escolares e monitores de Creche, para aprimoramento das competências, elaborou-se capacitações. (Ver Anexos 3 e 4).

PROEPRE – Fundamentos Teóricos da Educação Infantil e Fundamental. O Sistema Municipal privilegiou nesses anos a participação de Diretores, Supervisores, Coordenadores, Professor Capacitador e Orientador Pedagógico – curso oferecido pela UNICAMP e que prioriza a reflexão sobre aspectos do desenvolvimento infantil dentro de uma visão Piagetiana.

6.4- Projetos da Secretaria Municipal de Educação

6.4.1- FAPESP (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo)

Projeto - Potencialização da Autonomia da Gestão Escolar Municipal de Indaiatuba.

Propõe-se implementar ações que viabilizem a articulação entre a dimensão política e a dimensão técnico-administrativa da Secretaria Municipal de Educação de Indaiatuba (SEME).

As primeiras discussões na SEME, em relação a esse Projeto, tiveram início em Fevereiro/2001. A partir do lançamento da idéia, várias outras reuniões ocorreram, sempre arregimentando profissionais de várias esferas educativas para suas defesas: SEME, UNESP, UNOPEC (Alunos e Professores) e Fundação Pró-Memória. Em abril de 2001, foi enviado para a FAPESP, a súmula do Projeto. Dentre centenas de Projetos enviados à agência financiadora (FAPESP), a SEME foi contemplada entre os 06 vencedores do ano. Em novembro de 2001, foi recebida a primeira parte do valor total de R$ 250.000,00; financiados para a aquisição dos primeiros equipamento necessários ao desenvolvimento do Projeto. A crença na qualidade dos projetos e dos profissionais envolvidos na Educação do Município, foi que viabilizou esse investimento.

O projeto **Potencialização da Autonomia da Gestão Escolar Municipal** se propõe, com base nos resultados de uma análise diagnóstica elaborada no sistema municipal de educação em seus aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, implementar ações que possibilitem, através de um processo participativo e organicamente estruturado, a reorganização do Plano Global para a rede municipal de ensino de Indaiatuba, bem como os Planos Escolares das unidades de ensino que a compõem, possibilitando a produção, pelos próprios agentes educacionais, de orientação coletiva, indispensável para a consolidação de um sistema de ensino municipal autônomo e de qualidade.

A implementação de uma política educacional inovadora deve dar conta de duas dimensões que integram a administração pública: a **dimensão política**, que compreende os fatores que influenciam no processo de tomada de decisão e a **dimensão técnico-administrativa**, que se refere às características do aparelho do estado necessário para a sua implementação.

O projeto **Potencialização da Autonomia da Gestão Escolar Municipal de Indaiatuba** propõe-se implementar ações que viabilizem a articulação entre a dimensão política e a dimensão técnico-administrativa da Secretaria Municipal de Educação de Indaiatuba (SEME).

Para tanto estamos propondo, como um possível espaço articulador da dimensão política e da dimensão técnico-administrativa, a formação futura de Câmaras de Educação, que a partir dos resultados de avaliação do seu processo de desenvolvimento, poderiam ser integradas à estrutura organizacional da SEME.

As Câmaras de Educação, conforme projeto a ser alcançado, terão a finalidade de colaborar para a produção e gestão da política educacional para a rede municipal de ensino, bem como, será ação integradora das demais ações propostas por este projeto, apresentadas através de 7 subprojetos:

Subprojeto 1, Implementação de **Câmaras de Educação** na estrutura organizacional da SEME. Equipe de implementação: Coordenador: Professor Dr. Pedro Ganzelli (UNESP), Professora Drª Jane Shirley Escodro Ferretti (SEME), Professor Dr. José Luiz Sigrist (UNOPEC).

Subprojeto 2, **Capacitação** do corpo docente e de funcionários da SEME. Equipe de implementação: Coordenadora: Professora Dr.ª Jane Shirley Escodro Ferretti (UNOPEC), Professora Cleusa Camilo Nogueira Apolinário (SEME), Professora Maria Josestela Rocha Alencar (SEME), Vilian Cristina Gobetti (SEME), Elizanita Cristina Pimentel (SEME).

Subprojeto 3, Implementação de **sistemas informatizados** nos procedimentos administrativos. Equipe de implementação: Coordenador: Professora Rubeneide Oliveira Lima Fernandes (SEME); Tânia Castanho Ferreira (SEME).

Subprojeto 4, **Sistematização de dados históricos.** Equipe de Implementação: Coordenador: Professor Dr. José Luiz Sigrist (UNOPEC), Fátima Cristina de Oliveira (mestranda UNOPEC), Sônia Maria Fonseca, Silvane Rodrigues Leite Alves.

Subprojeto 5, **Análise da legislação** em relação aos aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos do sistema Municipal de Ensino de Indaiatuba. Equipe de Implementação: Coordenador: Professor Dr. José Luiz Sigrist (UNOPEC), Professora Deize Clotildes Barnabé de Morais (SEME), Professora Evani Aparecida Perez (SEME), Dr. Paulo de Tarso Freitas (mestrando UNOPEC).

Subprojeto 6, **Produção de vídeos e de textos**, pela e para a própria rede municipal de ensino. Equipe de Implementação: Coordenador: Professora Jeanete Escodro (SEME), Professora Maria Eliane Faccio Valezin (SEME); Raquel Ambrust C. de Arruda (SEME); Giovana Scareli.

Subprojeto 7, **Potencialização dos Conselhos de Escola.** Equipe de implementação: Coordenador: Professor Dr. Pedro Ganzelli (UNESP), Professora Ivana

Perini Zoppi (SEME), Professora Jacimara Martins Siqueira de Miranda (SEME), Professora Maria Helena da Costa e Silva (SEME), Antônio Carlos Gonsales Sanches (SEME).

Esses subprojetos buscam atender à três áreas:

a) **sistematização de dados** (históricos, estatísticos, outros) que subsidiem o processo de elaboração e gestão do Plano Global da SEME e os Planos Escolares.

b) **formação em serviço** para atualização dos funcionários, professores e especialistas, de forma a garantir a implementação de ações inovadoras na SEME.

c) **Produção de materiais** (informativos, didáticos, outros) que auxiliem o processo de gestão da SEME.

Cabe ressaltar que os subprojetos serão realizados de forma a viabilizar a sua interação, favorecendo a potencialização dos resultados e evitando ações sobrepostas.

6.4.2- CIAEI - Centro Integrado de Atendimento à Educação de Indaiatuba

I- Justificativa:

Com a crescente demanda por ações na área da Educação no Município de Indaiatuba, faz-se necessário criar-se um espaço condigno e adequado para gerir e receber todas as atividades meio relacionadas à educação, que hoje se concentram na sede da Secretaria Municipal da Educação e, de forma bastante desintegrada, espalhada por todas as Escolas Municipais e Centro de Capacitação.

Com a criação de um espaço comum que integre todos os elementos de apoio à educação, todos os partícipes das ações educativas terão condição de trabalhar de forma integrada e próxima, bem como as crianças (objeto último de todo o esforço da ação pedagógica) e suas famílias terão um local privilegiado para exercitar suas competências artísticas e sociais.

Serão integrados:

1- Sede da Secretaria Municipal da Educação, com seus equipamentos:

- Gabinete do Secretário;
- Secretaria Geral;
- Assessoria da Secretaria;
- Departamento de Planejamento e Administração, compreendendo:
  - Setor Administrativo - Protocolo;
  - Passe Escolar;
  - Bolsa Escola;
  - Pessoal;
  - Patrimônio;
  - Gráfica.

- Setor de Planejamento- Finanças;
  - Compras;
  - Obras;
  - Legislação;
  - Supervisão;
  - Logística.

- Departamento de Ensino Fundamental, compreendendo:
  - Setor de Ensino Regular:
  - Setor de Ensino Especial;
  - Setor de Ensino Supletivo;
- Departamento de Educação Infantil, compreendendo:
  - Setor de Creche;
  - Setor de Pré-escola.
- Orientação Pedagógica e Psicologia Escolar

2- Atividades Artístico-Pedagógicas da SEME, incluídas na matriz curricular da Educação Infantil e Ensino fundamental (regular e supletivo):

- Musicais: Iniciação Musical e Canto Coral, para Professores e alunos do Sistema Municipal de Ensino;
- Artes Plásticas: Iniciação Artística, Técnicas, Exposição de Trabalhos dos alunos e professores;
- Artes Cênicas: Iniciação às Técnicas Teatrais; Apresentação dos trabalhos;
- Artes do Movimento: Iniciação à dança, apresentação dos trabalhos desenvolvidos

II- Objetivos:

- Integrar, num mesmo espaço físico, todas as ações de apoio administrativo, técnico e pedagógico da Secretaria Municipal de Educação;
- Propiciar ao usuário, interno e externo, dos serviços da Secretaria Municipal da Educação, um espaço único, centralizado, confortável e de fácil acesso;
- Possibilitar que os alunos do sistema Municipal de Ensino e suas famílias usufruam de um ambiente que lhes proporcione o desenvolvimento integral de suas possibilidades artísticas, um dos objetivos primordiais da Educação. Na impossibilidade de Ter um espaço desta natureza em cada Escola da rede municipal, optou-se por disponibilizar um espaço único para todas as escolas.

III- A Missão:

O Centro está dimensionado para se tornar referência regional no modo como integrará as atividades meio da Educação, num mesmo ambiente confortável, bem planejado e de fácil acesso.

IV- Os ambientes:

Bloco administrativo;

Bloco das oficinas artísticas;

Bloco do auditório.

V- Descrição sumária dos ambientes:

Bloco administrativo:

- Gabinete do Secretário, com sanitário privativo- 30 m2;
- Sala do assessor da Secretaria- 20m2.
- Secretaria do Gabinete, com arquivo exclusivo- 40 m2;
- Sala de reuniões- 100 m2;
- 3 Salas para os Diretores de Departamento- 20 m2;
- Sala de recepção- 30 m2;
- Sala do Setor de Finanças- 20 m2;
- Sala do Setor de Passe Escolar e Bolsa Escola- 20 m2;
- Sala de Supervisão- 40 m2;
- Sala de Orientação Pedagógica- 40 m2;
- Almoxarifado Central (Gráfica)- 100 m2

Bloco das oficinas:

- Sala para Artes Plásticas- 60 m2;
- Sala para Música- 60 m2;
- Sala para Dança- 80 m2;
- Sala de apoio- 80 m2;

Bloco do Anfiteatro:

- Anfiteatro- para 800 lugares;
- Palco com abertura para dança;
- Foyer, coxias, camarins e sanitários, com acesso para deficientes;
- Sala de apoio.

VI- O uso do espaço administrativo:

Nele estarão acomodados todos os Departamentos da SEME, adequadamente instalados, para atender ao público interno (Diretores, Professores e Funcionários) e externo (Alunos, pais e população em geral).

VII- Uso do espaço pedagógico:

Nas oficinas e no auditório estarão centralizadas as atividades de Educação Artística desenvolvidas na rede municipal de ensino, como: música, dança, teatro e artes plásticas. Cada escola permanecerá com seu currículo particular, com carga horária específica, e desenvolverá, ao mesmo tempo, comunitariamente, as atividades no CIAEI, nas oficinas, como atividades extra-classe.

6.4.3- Bosque do Saber

I – Justificativa:

Com o crescimento da rede municipal de ensino e a crescente necessidade de capacitar, habilitar e treinar o número cada vez maior de professores e alunos, criou-se a necessidade de um espaço mais amplo e adequado, onde professores e alunos pudessem encontrar-se e dispor de equipamentos e recursos de mídia para desenvolver plenamente suas potencialidades.

Como o próprio currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental já privilegiam o contato e a preocupação com o meio ambiente, nada mais adequado que o espaço disponibilizado fosse uma área próxima a outra de preservação permanente, o que possibilitaria uma simbiose perfeita entre as necessidades e as disponibilidades.

Com as necessidades geradas também pela própria LDBN, de habilitar, em serviço, todos os professores da rede, ampliou-se o Projeto para incluir nele recursos de ensino à distância, que possibilitam convênios com Instituições de Ensino que venham a oferecer este tipo de acesso.

II– O Cenário:

A Secretaria da Educação instalará o Centro Metadisciplinar na Área Institucional do Loteamento denominado "Jardim Primavera", bem como possibilitará o uso da área verde e de lazer do mesmo loteamento e do Jardim Jequitibá, para o desenvolvimento das atividades de apoio e pesquisa referentes à capacitação dos professores da rede municipal de ensino, bem como junto aos alunos das escolas municipais. Quando as atividades do Centro estiverem consolidadas, seu uso poderá se estender aos professores e alunos da rede estadual.

Após a implantação do Centro, ele será, inicialmente, mantido pela própria Secretaria da Educação, e depois, gradualmente, tenderá a manter-se a si próprio, através de parcerias com a iniciativa privada, oferecendo seus serviços a escolas e entidades particulares, podendo para isso vir a instituir-se até nova personalidade jurídica.

O centro constará de um prédio de 2 pavimentos mais mezanino, com as seguintes dependências:

- 01 sala para vídeo conferência e teleconferência com 64 m²;
- 01 sala de multiuso para laboratório de informática e laboratórios portáteis de pesquisa;
- 01 sala de suporte para eventos com 80 m²;
- Auditório para aproximadamente 240 pessoas;
- Sala de apoio para o auditório com aproximadamente 15 m²;
- Biblioteca com 100m²;
- Hall de recepção;
- Sala de Diretoria;
- Sala de Secretaria;
- Copa-cozinha;
- Despensa;
- Sanitários masculinos e femininos;
- Estufas para mudas (na área externa);
- Quiosques para alimentação (na área externa).

III – A visão:

Ser um Centro de referência regional para a capacitação de docentes e treinamento de alunos, voltado para o estudo multidisciplinar do meio ambiente, tendo em vista sua preservação.

IV – Os Objetivos:

- Desenvolver um centro de treinamento e estudos voltado para a capacitação de docentes da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município, que, ao mesmo tempo se preste para o desenvolvimento de atividades científicas e artísticas com os alunos dos mesmos níveis de escolaridade;
- Desenvolver um centro multi, inter e metadisciplinar em Educação Ambiental, Artes, Música, Filosofia, Ciências, Física, Química e Biologia;

- Criar um espaço educacional onde Professores e alunos tenham a oportunidade de dedicar-se a atividades práticas de estudos do meio e de preservação efetiva e eficiente do meio ambiente.

V– As Metas:

- Habilitar monitores de creche, oferecendo-lhes o curso de magistério, modalidade normal médio e Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental, oferecendo-lhes curso de Pedagogia, licenciatura plena, em turmas de até 50 alunos.
- Capacitar aproximadamente 300 professores da Educação Infantil, por ano, para o ensino dos princípios básicos das ciências e artes, voltadas para a preservação do meio ambiente;
- Capacitar aproximadamente 500 professores do Ensino Fundamental, regular, supletivo e especial, por ano, para o ensino dos princípio das ciências e artes voltadas para a preservação do meio ambiente;
- Receber, para pesquisa e estudos do meio, cerca de 700 alunos de Educação Infantil, Ensino Fundamental (supletivo, regular e especial) semanalmente, com monitoramento e apoio pedagógico e tecnológico.

VI – Os Atores Envolvidos:

- Um Diretor, com especialização em pedagogia e administração;
- Um biólogo especialista em preservacionismo;
- Técnicos e docentes admitidos, contratados ou convidados;
- Um secretário;
- Um técnico em informática, especializado em multi mídias;
- Um encarregado de manutenção das áreas verdes;
- Um encarregado da manutenção das áreas internas;
- Professores da rede pública municipal;
- Professores de outras redes de ensino especialmente convidados;
- Alunos do Ensino Fundamental municipal e estadual;
- Alunos da Educação Infantil municipal.

VII – Os Ambientes Internos:

- **Sala para vídeo e teleconferência:** ambiente retangular com 6,5 x 7,5, com iluminação natural, lousa branca, com 50 postos de trabalho para recepção de vídeo e teleconferência
- **Sala multiuso para laboratório de informática e laboratórios portáteis de pesquisa:** ambiente retangular com 8,5 x 7,5, com amplos vitrôs, portas duplas,

lousa verde quadriculada; pia com balcão; armários de parede suficientes para guardar 40 kits laboratoriais; 40 kits com equipamentos e produtos de laboratório de física, química e biologia; microscópio com conexão para computador, com fax moden, kit multi mídia e demais acessórios que permitam seu acoplamento ao microscópio e à tela de projeção, mesas para computadores e impressoras; tela de projeção,

- **Sala de suporte para eventos** com 80 m2, equipada com mobiliário para até 80 pessoas;
- **Auditório** para aproximadamente 240 pessoas, com tratamento acústico, sonorização e recursos de video e tele conferência, cadeiras com bancada de trabalho acoplada;
- **Sala de apoio para o auditório** com aproximadamente 15 m²;
- **Biblioteca** com 100m2, equipada com mesas, cadeiras, estantes e equipamento eletrônico;
- **Hall de recepção**: espaço de entrada do edifício, com aproximadamente 50 m², mobiliado com poltronas, bancos;
- **Sala de Diretoria**: sala com 20 m², com mesa, cadeiras, computador, telefone e armário-estante;
- **Sala de Secretaria**: sala com 20 m², com mesa, cadeiras, computador, telefone, fax, armário, etc.;
- **Copa-cozinha**: com 25 m², com pia, fogão, mesa para refeições, etc.,
- **Despensa**: com 10m² com prateleiras de alvenaria ao redor das paredes;

- **Total da área construída: 1.472,62 m²**

VIII– Os Ambientes Externos:

- **Estufa**: área de 200 m², recoberta com cobertura plástica sobre estrutura metálica;
- **Quiosques**: recobertos de fibra vegetal, em número de 03, com bancos de madeira.
- **Elevador panorâmico:** instalado na parte externa do edifício, para acesso a todos os níveis, inclusive aos deficientes.

IX - Os cuidados especiais a serem observados na implantação do Projeto:

- Projeto arquitetônico em harmonia com o ambiente;
- Implantação no terreno de modo a não necessitar o sacrifício de nenhuma espécie vegetal de porte médio ou grande da área;
- Respeito total às áreas de preservação permanente;

- Uso de materiais não poluentes e não perniciosos (ou suspeitos de) ao meio ou à saúde.
- Tratamento dos efluentes antes de seu lançamento na rede de esgotos.

X – Os Parceiros:

- **Outras Secretarias ou Autarquias:**
  SEMURB – Depto. de Meio Ambiente
  SAAE – Ambiente
  SEPLAN
  IBAMA
- **Fundações Municipais:**
  Fundação Pró Memória
  Conselho Municipal de Preservação
- **Universidades de São Paulo:**
  CDCC – S. Carlos
  UNESP- Pedagogia cidadã.
- **Organizações não Governamentais:**
  Indústrias interessadas em preservação;
  Associações Ecológicas.

6.4.4- Educação Ambiental

Introdução

O Programa Municipal de Educação Ambiental tem como objetivo discutir e promover a gestão ambiental nas escolas e comunidades. O desenvolvimento deste projeto deverá conscientizar os jovens sobre valores ambientais tais como:

- Incentivar a inserção do tema Meio Ambiente em projetos educativos da escola.
- Estimular ações que propiciem a melhoria da formação de professores e uma aprendizagem diversificada dos alunos, professores e comunidades, de modo que possam ter instrumentos para se posicionar frente às questões ambientais.
- Cumpre ainda ressaltar que todo e qualquer plano, programa e projeto ambiental deve necessariamente ter o seu comprovante de educação ambiental, cabendo ao gestor ambiental zelar pela fiel observância deste preceito. Se efetivamente adotado, estarão lançando os alicerces para a mudança de comportamento que levará ao real engajamento da sociedade na melhoria da qualidade do meio ambiente e, consequentemente, da qualidade de vida.

Objetivos

Os objetivos deste projeto são discutir e promover a gestão ambiental e o uso de recursos naturais de forma sustentável. O projeto é de abrangência municipal e está disponível às escolas das três redes de ensino, pretendendo atingir, portanto, os temas e problemas ambientais observados na escola, vivenciando no futuro a necessidade de conservar o ar, usar corretamente a água, não depositar resíduos sólidos em locais inadequados, propiciando assim a conservação da flora e fauna.

Objetivos Específicos

- Organizar aulas programadas de educação ambiental no Bosque do Saber, tendo em vista formação de valores.
- Proporcionar critérios educativos compatíveis com a educação ambiental necessária, integrando as diversas dimensões que interagem nas áreas do Bosque, a saber: fauna, flora, coleções de plantas ameaçadas de extinção.
- Despertar na criança e comunidade objetivos éticos importantes na formação da cidadania, como a sensibilidade e amor pela natureza.
- Responsabilidade na preservação do meio ambiente e com todos as manifestações da vida que integram o espaço ambiental.
- Oferecer uma formação ambiental mais integrada para as crianças carentes, articulando as dimensões sociais e ecológicas.
- Dar as crianças e comunidade critérios e parâmetros éticos que contribuem para uma consciência ecológica mais integradora e condizente com a situação social em que vivem.
- Ampliar o nível do conhecimento das crianças, jovens e adolescentes sobre os grandes problemas ambientais nacional e regionais, apresentando alternativas e soluções para o uso dos recursos ambientais de forma sustentável.

Materiais

Biblioteca, vídeoteca, TV, vídeo, DVD, painéis para exposições de trabalhos e fotografias, livros literários, paradidáticos (revistas, álbum, jogo, cartilhas ...), didáticos selecionados, sala de computação com lousa branca, pincel para lousa branca, sala de vídeo conferência, retroprojetor, data-show, equipamento de som, viveiros de mudas, caixas plásticas para semeadura, ferramentas agrícolas, sementes de plantas nativas, embalagens plásticas para mudas, minhocário, monjolo, roda d'água, fazendinha, veículos para transporte de alunos.

Métodos

A metodologia utilizada consiste nas seguintes etapas:

a) Contato com a Direção da Escola para a explicação dos objetivos propostos do Projeto de Educação Ambiental.

b) Organização dos horários disponíveis nas escolas e no Bosque.

c) Termo de responsabilidade entre o responsável do projeto e a escola no sentido de conduzir as crianças ao Bosque e retornar a escola de origem.

d) Em turmas maiores os alunos são divididos em grupos, facilitando o roteiro e as explicações referentes aos diferentes setores do Bosque.

e) Avaliação periódica dos procedimentos adotados pela equipe responsável, sempre buscando uma adaptação de acordo com a faixa etária e grau de escolaridade.

f) Estabelecimento de critérios para a educação ambiental nos diferentes ambientes do município. Assim foram priorizados os seguintes parâmetros:

- Relação dos rios Mirim e Piraí com fauna e flora, com abordagem da importância das bacias hidrográficas em áreas urbanas: problemas e soluções.
- Flora: conhecimento de algumas espécies frutíferas e madeireiras da flora brasileira e suas relações com a economia nacional e local, preservação etc. Conhecimento e contato com algumas espécies ameaçadas de extinção na área do Bosque e os aspectos éticos da preservação ambiental dos grupos vulneráveis
- Fauna: conhecimento e contato com alguns animais que freqüentam o Bosque, como: roedores, garças, pequenos pássaros, etc. E suas relações ambientais com a flora local e a comunidade.
- Nas aulas práticas os alunos deverão manusear os vegetais antes do plantio definitivo, este que será realizado pelos próprios alunos em determinados lugares preestabelecidos
- Aproveitamento dos recursos naturais e avaliação final. No final das aulas práticas os alunos são agraciados com sucos e bolos, seguindo de uma avaliação do professor, do monitor e dos estagiários com os alunos de cada turma ou série, sobre os pontos principais observados na aula de educação ambiental.

g) Fica incluído nas regras do Bosque do Saber que:

- toda segunda-feira será feita a manutenção do mesmo.
- toda terça-feira será utilizado para capacitação dos professores da rede.

Sugestões para os docentes – *o que pode ser feito para trabalhar o tema.*

- Campanha de Arborização da escola (plantar e manter mudas de plantas com ajuda dos alunos);

- Realizar diagnóstico e estudo do Meio em locais no Município que apresentem problemas ecológicos;
- Procurar apresentar os conceitos e problemas ambientais sem a camuflagem de achar que não é problema nosso. Mostrar aos alunos a realidade dura que o capitalismo nos impõem ao utilizar os recursos naturais a qualquer custo, tornando o desenvolvimento insustentável;
- Explorar o uso e discussão de fitas de vídeo que envolvam o tema Educação Ecológica;
- Pesquisar através da Internet, e divulgar notícias sobre temas ambientais, como agressões à natureza;
- Estabelecer contatos com entidades governamentais e não-governamentais de defesa do meio ambiente de forma presencial e também pela Internet e e-mail;
- Elaborar diagnósticos e relatórios da situação do meio ambiente municipal e enviar ao órgão competente no município, para que seja tomada as devidas providências.

Procedimentos para Visitação

O Programa Municipal de Educação Ambiental, desenvolvido na Escola Ambiental Bosque do Saber, deverá ser iniciado em sala de aula, preparando-se anteriormente, sobre os conceitos que serão tratados no dia da visita.

O Programa Municipal de Educação Ambiental esta divido em três fases:

1ª Fase - Seminário e Agendamento

Objetiva capacitar os professores, coordenadores pedagógicos ou outros funcionários das escolas que irão acompanhar a visita. Esclarecemos que a visita ao Bosque do Saber não é um passeio e sim uma aula de campo, acarretando a necessidade da preparação do aluno antes da visita. É interessante o aproveitamento dos conceitos desenvolvidos no bosque, utilizando-os como tema transversais em suas atividades eletivas. No dia do seminário será feito também o agendamento da data de visita para o semestre, sendo que haverá 1 vaga por escola.

2ª Fase - Treinamento dos alunos

Deverá ser desenvolvido na própria escola, anteriormente a visita, onde o professor deverá esclarecer aos alunos sobre os temas que serão tratados durante a visita, sobre as regras estabelecidas para o bom aproveitamento, sobre os horários e a estrutura do Bosque do Saber.

3ª Fase - Visitação

100 pessoas por visitação com alunos na faixa etária do ciclo 1 que compreende crianças na faixa de 6 à 11 anos.

a) Recepção
b) Banheiros 7 banheiros – 1 destinado a pessoas portadores de necessidades especiais.
c) Recebimento de lixo destinado a reciclagem
d) Auditório
   - vídeo institucional para ensino fundamental
   - vídeo pedagógico (escolhido pela escola)
   - Apresentação do Bosque, descrição das atividades e das regras para o dia.
e) Lanche/ lazer
f) Aula de informática com enfoque ambiental
g) Viveiro de mudas
h) Fazendinha / minhocário
i) Monjolo / roda d'água
j) Trilha autointerpretativa
k) Avaliação da visita
   - Professores e alunos avaliam a visita
   - Monitores avaliam o desempenho da escola no aproveitamento das atividades
l) Partida

Obs.: A equipe de monitores que estará acompanhando os grupos, terá a função de explanar o assunto, sendo que a disciplina dos alunos ficará a critério dos professores e demais acompanhantes.

- Número de alunos

3 classes de alunos por visita (aproximadamente 100 alunos). É importante que os alunos pertençam a mesma faixa etária.

- Horário de visita

manhã: das 08:00 às 11:00 h

tarde: das 13:00 às 16:00 h

Em caso de atraso qualquer atividade do programa poderá ser excluída de acordo com o tempo disponível para a visita.

- Dias de chuva

Em dias de chuva as atividades serão suspensas automaticamente, e a vaga da escola será remanejada para uma nova data no fim do semestre.

Aos alunos

- Utilizar roupas confortáveis (preferencialmente calça e camiseta, para evitar arranhões, picadas de insetos, urtigas, etc.).
- Utilizar tênis ou outro calçado fechado (não utilizar sandálias ou chinelos).

Aos professores, informar:

- Aos alunos as regras de visitação do parque.
- A possibilidade trazer máquina fotográfica ou filmadora.
- A proibição de não tocar nas plantas, pois podem ser urtigantes, podem ter espinhos ou serem abrigo de aranhas e lagartas.
- A atenção para que todo lixo produzido durante a visita deverá ser depositado nas lixeiras dispostas no bosque.
- A necessidade de fazer silêncio ao percorrer a trilha para não espantar animais que possam estar na trilha.
- A proibição do uso de aparelhos ou, instrumentos sonoros, retirar plantas riscar árvores, soltar pipas, churrasqueiras, trazer animais domésticos.
- O aviso de que a área não dispõe de espaço para a prática de esportes com bola, skates, patins, patinetes e outros.
- A proibição do consumo de bebidas alcoólicas e tabaco.

<u>Estrutura do parque:</u>

1- Bebedouros
2- Sanitários
3- Auditório (para 193 pessoas)
4- Playground
5- Quiosques para lanche
6- Biblioteca / Vídeoteca
7- Sala de informática
8- Sala de vídeo conferência
9- Viveiros de árvores nativas da região
10- Trilha auto-interpretativa
11- Mini Fazenda
12- Monjolo
13- Roda d'água

6.4.5- Escola de Período Integral

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL EM PERÍODO INTEGRAL

EMEF "PROF. ANTONIO LUIZ BALAMINUTTI"

"Imagine...

Imagine um país onde todas as crianças vão à escola.

Imagine um país onde estas crianças aprendem e são bem sucedidas na escola.

Imagine um país onde todos, autoridades, pais, professores, empresários, empenham-se em construir uma escola pública de qualidade e atingem seu objetivo.
Este país.... Este país pode ser o Brasil."

(Todos pela Educação no Município – Um desafio para dirigentes/ UNICEF – CECIP – MEC/ Secretaria de Educação Fundamental)

1- Apresentação e Justificativa:

O Projeto da Escola de Ensino Fundamental em Período Integral começou a ser idealizado a partir de um desejo político-pedagógico de oferecer ao aluno um espaço educativo alegre, saudável, adequado à aprendizagem e que em período integral venha ampliar o acompanhamento que as crianças tanto precisam e que hoje torna-se cada vez mais difícil com a necessidade das famílias trabalharem fora.

Participando da realidade das outras escolas de período regular de ensino, observamos um número grande de alunos que no período contrário ao das aulas ficam entregues à própria sorte, sujeitos aos perigos da rua, desassistidos em suas necessidades básicas de higiene, alimentação, educação, carinho e atenção.

Tentando minimizar isso, o sonho da Escola em período integral vem justamente oferecer aos alunos mais oportunidades para ocuparem saudavelmente seu tempo, num espaço educativo adequado, em que o desenvolvimento infantil é acompanhado e devidamente estimulado.

Pensando esta escola não como meramente assistencialista, ou como responsabilidade educativa exclusiva do poder público, pretende-se com este Projeto potencializar a participação da iniciativa privada, das comunidades, ampliando o conceito de educação, estendendo discussões e ações que integrem todos esses agentes com o propósito de contribuir efetivamente no pleno desenvolvimento da criança, na democratização de oportunidades, na formação e no exercício da cidadania e na valorização da cultura e do lazer.

O desafio aqui posto representa um esforço compartilhado, um compromisso de assumir a criança numa rotina educativa mais ampla e dinâmica. A jornada escolar aqui proposta compreende aproximadamente nove horas diárias, divididas em currículo regular de ensino, estudo dirigido, refeições, descanso, lazer e oficinas práticas que envolvem o conhecimento e realização de diversas manifestações sócio-culturais.

O local escolhido para desenvolver este Projeto foi a EMEF "Prof. Antonio Luiz Balaminutti", por contar com um espaço físico amplo e situar-se numa região de grande expansão populacional.

2- Objetivos:

Este Projeto tem por objetivos:

- intensificar a qualidade de ensino;
- ampliar a integração da comunidade com a escola;
- ampliar a jornada diária do aluno na Escola, oferecendo-lhe condições e oportunidades apropriadas à aprendizagem e ao desenvolvimento, através da proposição de variados momentos e espaços educativos que vão desde o estudo

formal de conteúdos, à introdução a informática e à vivência prática de atividades artísticas, culturais, lúdicas, esportivas e de lazer.

3- Metas:

O Projeto da Escola de Ensino Fundamental em Período Integral, pretende ultrapassar os seus limites para conhecer os recursos da comunidade e abrir-se para participação dela. Pretende também buscar intercâmbio e contribuições de outros órgãos públicos, da iniciativa privada ou de organizações não governamentais. O que se quer na verdade é uma Escola de qualidade, baseada no compromisso coletivo e solidário, na formação da consciência sócio-democrática.

Como marca característica dessa escola, pretende-se associar a educação formal com a educação não-formal, através de propostas viáveis, que sobretudo intensifiquem o gosto da criança pela Escola e o sentido de pertinência dessa escola a esta comunidade.

Com a implantação de práticas educacionais diversificadas busca-se suprir algumas deficiências do ensino formal, ampliando as possibilidades de todos os alunos aprenderem.

Tendo o aluno como centro de todas as preocupações, pretende-se valorizar a infância, respeitar suas características, propor um ensino que considera o aluno como agente de sua própria formação e transformador de sua realidade.

Espera-se que a vivência, a avaliação e sucesso deste Projeto seja o embrião de um modelo que poderá estender-se a outras escolas da Rede Municipal de Ensino.

4- Público Alvo:

O Projeto aqui descrito destina-se a crianças de sete a catorze anos, estudantes das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, que moram na região da EMEF "Prof. Antonio Luiz Balaminutti", localizada no Parque Residencial Indaiá.

Pretende atender preferencialmente, porém não exclusivamente, crianças de poder aquisitivo menor e que ficam sozinhas durante o dia pelo fato dos familiares trabalharem fora.

5- Projeto Pedagógico:

O Projeto da Escola de Ensino Fundamental em Período Integral, EMEF "Prof. Antonio Luiz Balaminutti", está estruturado através do desenvolvimento do currículo regular de ensino (que compreende as disciplinas de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Filosofia, Educação Artística e Educação Física), integrado às oficinas práticas diversificadas de informática, expressões culturais, artísticas, lúdicas, esportivas e de lazer, que pretendem colaborar na familiarização com

novas tecnologias, estimulação da criatividade, sociabilidade, desenvolvimento físico, afetividade e cognição.

Em meio às várias atividades, os alunos contarão ainda com quatro refeições diárias, balanceadas de acordo com as necessidades nutricionais. Esses momentos são também considerados educativos, pois favorecem a compreensão da educação alimentar e a prática de hábitos saudáveis de higiene.

Além das oportunidades já descritas, as crianças participarão de estudo dirigido e terão a possibilidade de freqüentar grupos de estudos ou atendimento pedagógico mais individualizado, voltados para eventuais defasagens de conteúdos ou dificuldades de aprendizagem.

Os conteúdos e metodologias serão organizados e oferecidos a partir dos princípios construtivistas que fundamentam a Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino como um todo.

Nestes princípios são evidentes: o papel ativo do aluno na aprendizagem e na construção do conhecimento, a formulação e reformulação de hipóteses, a experiência concreta, a interação, a transdiciplinaridade, a liberdade de opinião, a reciprocidade, a responsabilidade, a construção da autonomia, o desenvolvimento do raciocínio e o respeito às fases do desenvolvimento.

6- Etapas da Implantação do Projeto:

- **Fase I:** Fase do surgimento e da idealização do Projeto. Foram realizadas aqui visitas a outras cidades como Americana – SP e Pouso Alegre - MG, para conhecer o funcionamento e a estrutura de outras Escolas de Ensino Fundamental em período integral. Foram visitadas escolas mantidas pelo poder público, por empresas privadas e por órgãos filantrópicos. Além das visitas buscou-se informações e trocas de experiências por outras fontes, a respeito do oferecimento de Ensino em período integral.

- **Fase II:** Fase das inúmeras discussões internas sobre o formato propriamente dito deste Projeto e sua escrituração. Busca de experiências já adquiridas na rede regular de ensino municipal para possível adaptação a este Projeto. Procura na Rede Municipal de Ensino de profissionais com propostas interessantes e viáveis para desenvolverem as oficinas práticas diversificadas que compõem o Projeto Pedagógico desta Escola.

- **Fase III:** Levantamento dos recursos necessários para este projeto e compra de materiais.

- **Fase IV:** Seleção das propostas enviadas por profissionais da Rede Municipal de Ensino para composição das oficinas práticas diversificadas previstas no Projeto Pedagógico desta Escola.

- **Fase V:** Atribuição de aulas para o currículo regular de ensino e para as oficinas diversificadas que compõem as atividades pedagógicas desta Escola. Preenchimento do quadro dos demais funcionários que compõem esta Unidade Escolar.
- **Fase VI:** Organização interna dos diversos espaços escolares e recursos para operacionalização do Projeto. Organização do quadro de horários das turmas de alunos, professores e funcionários que acompanharão as diversas atividades escolares.
- **Fase VII:** Início das aulas e do funcionamento do Projeto em questão.
- **Fase VIII:** Intensificação da integração da comunidade com a Escola e outras prováveis parcerias. Composição do Conselho de Escola e montagem do cronograma de ação da Associação de Pais e Mestres.

CRONOGRAMA DAS FASES DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

Fases	julho a novembro de 2002	Dezembro de 2002 a janeiro de 2003	Fevereiro de 2003 em diante
FASE I			
FASE II			
FASE III			
FASE IV			
FASE V			
FASE VI			
FASE VII			
FASE VIII			

7 – Descrição:

a) Do ambiente físico:

A EMEF "Prof. Antonio Luiz Balaminutti" está situada na região nordeste do município, na gleba A1, do Sítio Lagoa Preta, no Parque Residencial Indaiá. Local em que se espera grande crescimento populacional por estar rodeado de vários loteamentos novos.

A estrutura física desta Escola possui 1772,78 m^2 de área construída e é composta de dois pavimentos.

O pavimento térreo possui: 3 salas de aulas; diretoria e secretaria com sanitários; biblioteca; sala de professores; sala de multiuso; gabinete dentário; almoxarifado; copa; cozinha; sanitários masculino e feminino para deficientes; sanitários masculino e feminino para alunos; sanitários masculino e feminino para funcionários; sala de projetos, com banheiro; 3 depósitos; pátio coberto.

O pavimento superior possui: 10 salas de aula; 1 sala de apoio e sanitários masculino e feminino para alunos.

Em princípio, sete das salas de aula serão reservadas para aulas do currículo regular de ensino e as cinco outras serão adaptadas para as oficinas que em rotatividade atenderão as diferentes turmas de alunos.

Ao lado do prédio escolar há um ginásio de esportes de 1448,40 m^2 que é composto de quadra poliesportiva, arquibancada, sanitários masculino e feminino, vestiário masculino e feminino, cantina e sala de atendimento médico

esportivo.

Juntos, prédio escolar e ginásio de esportes somam 3221,18 m^2 de área construída. Este amplo espaço permite a organização de ambientes educacionais variados, necessários ao funcionamento das diversas atividades pedagógicas que ocorrerão simultaneamente com as diferentes turmas de alunos atendidos.

Ao lado desta Escola existe ainda uma EMEI e Creche que embora fisica e administrativamente não se vinculem a este Projeto, porém dadas as condições de proximidade e comum subordinação à SEME, ampliam as possibilidades de articulação pedagógica e continuidade de estudos da modalidade de Educação Infantil para o ingresso no Ensino Fundamental.

b) Da comunidade estudantil:

A população estudantil de sete a catorze anos atendida neste Projeto é composta de crianças que moram na zona urbana e na zona rural. Dadas as características de um meio e outro, somada as experiências resultantes do fluxo migratório do qual muitos fizeram parte temos aí um grupo bastante heterogêneo que em sua diversidade será respeitado e potencializado na discussão e descoberta de novos conhecimentos, bem como na partilha e socialização das diferentes culturas.

No ano de 2003 os alunos atendidos nesta Escola, neste Projeto, compõem duas segundas séries e três primeiras séries. A capacidade de atendimento para os próximos anos tende a ser ampliada.

c) Do corpo de funcionários:

Esta Escola contará com:

- uma Diretora de Unidade Escolar e Coordenadora(s) de Unidade Escolar, que se responsabilizarão pela gestão administrativa e pedagógica;
- Secretário de Escola, Oficiais de Escola, que se responsabilizarão pela operacionalização administrativa;
- Inspetores de aluno, que acompanharão e darão assistência aos alunos em todos os momentos extra-classe, atendendo-os inclusive na Biblioteca;
- Serventes e Serventes Auxiliares, que darão assistência extra-classe aos alunos, se responsabilizarão pela limpeza em geral e servirão as refeições;

• Professores, Professores Substitutos e Professores Universitários, que ministrarão as aulas do currículo regular de ensino, programas de intensificação de estudos e oficinas práticas;

• Psicólogo escolar, que subsidiará a atuação pedagógica na compreensão das realidades e possibilidades dos alunos.

OBS: Basicamente a estrutura funcional desta Escola assemelha-se a das outras escolas municipais, porém com um número maior de profissionais, dada a necessidade caracterizada pelo atendimento em período integral.

8- Parcerias Possíveis:

- Outras Secretarias Municipais, Fundações ou Autarquias
- Outros órgãos públicos de esfera estadual ou federal
- Universidades
- Empresas privadas
- Organizações não governamentais
- Associações Amigos de Bairro
- Comunidade em geral

6.4.6- Projeto de Informática

Os projetos de informática na Rede Municipal de Ensino, foram iniciados em 1999, nas Unidades Escolares de Ensino fundamental com aulas uma vez por semana nas escolas: EMEF Profª. Maria Benedicta Guimarães e EMEF Profª. Elizabeth de Lourdes Cardeal Sigrist.

Nesses quatro anos, houve uma ampliação do projeto com a instalação dos laboratórios de Informática em mais cinco Unidades Escolares de Ensino Fundamental.

Atualmente os laboratórios estão distribuídos conforme quadro abaixo:

Unidades Escolares	Quantidades de Micros nos Laboratórios
EMEF Prof. Luiz Carlos Batista de Moura	10
EMEF Prof. Antônio Luiz Balaminutti	20
EMEF Profª. Maria Benedicta Guimarães	20
EMEF Profª. Yolanda Steffen	13
EMEF Prof. Aparecido Batista dos Santos	12
EMEF Profª. Elizabeth de Lourdes Cardeal Sigrist	10
EMEF Padre Joaquim Aparecido Rocha	10

Estes laboratórios estão funcionando adequadamente atendendo a proposta de implementação tecnológica na rede.

Objetivos:

- fornecer oportunidade de desenvolver competência tecnológica de nossos alunos e corpo docente;
- desenvolver o poder de criatividade de nossos alunos;
- melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem;
- proporcionar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico;
- educar para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida;
- criar uma nova consciência de tecnologia do meio ambiente e fornecer cultura para perceber que o progresso técnico seja compatível com a preservação ambiental;
- proporcionar o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação na educação dos alunos com necessidades especiais com as devidas especificações que necessitam.

O desempenho satisfatório deste projeto depende fundamentalmente da capacitação dos recursos humanos, preparando desta forma todos que participam do processo, inserindo uma nova cultura estruturada pela tecnologia e conteúdos.

Devido a esta perspectiva crescente da informatização em todos os sistemas a Secretaria Municipal de Educação atualmente possuí duzentos e quatorze micros distribuídos nas unidades escolares atendendo secretarias, bibliotecas, laboratórios e monitoramentos (segurança escolar) e estuda atualmente a ampliação para os próximos anos proporcionando desta forma acesso tecnológico a todos os alunos que compõem a Rede Municipal.

Na sede da Secretaria Municipal de Educação os micros já funcionam conectados em rede, agilizando os procedimentos de rotina e economia de tempo na capitação de dados internos. Este procedimento fará parte de toda rede municipal onde as unidades escolares estarão ligadas em rede e com conexão de internet.

O projeto está estruturado nos subsídios para fundamentação do PROGRAMA NACIONAL DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO- PROINFO-MEC.

"O desenvolvimento deste projeto pretende:

- assegurar o acesso aos códigos da modernidade
- incentivar a acumulação de conhecimento e desenvolvimento da aprendizagem associados à dinâmica do crescimento sustentável
- desenvolvimento de infra-estrutura adequadas ao uso das tecnologias."

7- Diagnóstico da Educação Básica do Município

Indaiatuba
Faixa Etária da População,
Ano Base 2002

FAIXA ETÁRIA	Nº DE PESSOAS
0 a 3 anos	10.884
4 a 6 anos	8.145
7 a 10 anos	11.082
11 a 14 anos	11.437
15 a 18 anos	12.440
	53.988

FONTE: SEME

FAIXA ETÁRIA	Nº DE PESSOAS
19 a 24 anos	**17.886**
25 a 29 anos	13.528
30 a 34 anos	13.220
35 a 39 anos	12.643
40 a 44 anos	11.011
45 a 49 anos	9.090
50 a 54 anos	6.947
55 a 59 anos	5.060
60 a 64 anos	4.285
65 a 69 anos	3.200
70 a 74 anos	2.523
75 anos e mais	2.901
	102.294

Indaiatuba
Faixa Etária da População,
Ano Base 2002

FAIXA ETÁRIA	Nº DE PESSOAS
0 a 18 anos	53.988
19 a 75 anos e mais	102.294
Total da população	**156.282**

Fonte: SEME

Indaiatuba

Número Absoluto e Relativo de Matrículas com Ensino Médio

Ano Base 2002

	MUNICIPAL		ESTADUAL		PRIVADA		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Creche	799	6,71	-	0	572	8,60	1371
Pré-escola	4496	37,74	-	0	1544	23,21	6040
1ª a 4ª série	6625	55,62	4124	17,75	1766	26,54	12515
5ª a 8ª série	-	-	10907	46,95	1795	27,00	12702
Ensino Médio	-	-	8204	35,30	975	14,65	9179
TOTAL	11920	100	23235	100	6652	100	41807

Fonte: IBGE

Indaiatuba

Estimativa do Número de Crianças Fora da Escola por Faixa Etária

Ano Base 2002

FAIXA ETÁRIA		POPULAÇÃO	MATRÍCULAS	VARIAÇÃO
0 a 3 anos	creche	10.884	1371	- 9.513
4 a 6 anos	pré-escola	8.145	6040	- 2.015
7 a 10 anos	1ª a 4ª série	11.082	12515	+ 1.433
11 a 14 anos	5ª a 8ª série	11.437	12702	+ 1.265
15 a 18 anos	Ensino Médio	12.440	9172	- 3.268

Fonte: SEME

Indaiatuba
Matrículas na Educação Básica,
Ano Base 2002

	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA	TOTAL
Creche	799	-	572	1.371
Pré - escola	4.496	-	1.544	6.040
1ª a 4ª série – Ens. Fundamental	6.625	4.124	1.766	12.515
5ª a 8ª série – Ensino Fundamental	-	10.907	1.795	12.702
Ensino Médio	-	8.204	975	9.179
	11.920	**23.235**	**6.652**	**41.807**
Segmento sob responsabilidade do município, 2ª Legislação	868	2.871	333	4.072
	12.788	**26.106**	**6.985**	**45.879**

Indaiatuba
Número Absoluto e Relativo de Matrículas
Ano Base 2002

	MUNICIPAL		ESTADUAL		PRIVADA		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Creche	799	6,71	-	0	572	10,08	1371
Pré - escola	4496	37,74	-	0	1544	27,20	6040
1ª a 4ª série	6625	55,62	4124	27,44	1766	31,10	12515
5ª a 8ª série	-	-	10907	72,55	1795	31,62	12702
TOTAL	11920	100	15031	100	5677	100	32618

Fonte: IBGE

Indaiatuba
Número de Estabelecimentos de Ensino
Ano Base 2003

TIPO	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA
Ed.Infantil – Creche	03		
Ed.Infantil – Creche - Conveniadas	05		
Ed.Infantil – Pré-Escola	19		
Ens.Fundamental –1ª a 4ª série	17		
Ens.Fundamental – 1ª a 4ª série		05	
Ens.Fundamental – 1ª a 8ª série		04	
Ens.Fundamental – 5ª a 8ª série		02	
Ens.Fundamental (5ª. A 8ª.) e Ens.Médio		10	
Ens.Fundamental (1ª. A 8ª.) e Ens.Médio		02	
Ens.Médio		01	
Ed.Infantil			23
Ens.Fundamental			02
Ed.Infantil / Ens. Fundamental			10
Ed.Infantil / Ens. Médio			04
Ens.Fundamental / Ens.Médio			07
Ens.Superior		01	02

Fonte: SEME

Indaiatuba
Taxa de Analfabetismo
da População de 15 anos e mais (Em %)
Ano Base 2000

Taxa : 5,7 %

Tabela 1 - Número de Alunos por Série no Município (de 1ª Série a 8ª Série)
Censo 2003

	Número de Alunos							
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Rede Estadual	470	674	744	1214	2381	2387	2301	2671
Rede Municipal	2234	2046	1922	1464	-	-	-	-
Rede Particular	347	369	343	313	361	378	359	348
Total	3051	3089	3009	2991	2742	2765	2660	3019

Dados do Censo Escolar 2003

Tabela 2 - Número de Professsores por Série no Município (de 1ª Série a 8ª Série)
Censo 2003

	Número de Professores
	Ensino Fundamental
Rede Estadual	690
Rede Municipal	387
Rede Particular	316
Total	1.393

Dados do Censo Escolar 2003

8- Níveis de Ensino

8.1 – Educação Básica – Formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio

LDB – 9394/96 – Art. 22

"A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores".

8.1.1- Educação Infantil

- **Diagnóstico**

A Educação Infantil constitui um dos segmentos mais importantes do Processo Educativo. O atendimento à crianças menores de 7 anos em creches e pré-escolas, apresentou um grande crescimento nas últimas décadas em nosso país, acompanhando a tendência nacional e internacional. Entre os fatores que implicam essa expansão, estão as modificações na organização e estrutura da família contemporânea, transformando o conceito e as necessidades de crianças pequenas; o avanço do conhecimento científico sobre o desenvolvimento da criança, e, o reconhecimento da importância da educação nos primeiros anos de vida.

A Constituição Federal de 1988, inciso 4° do art. 208, afirma:

O dever do Estado com a Educação, será efetivado mediante garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade".

Com a inclusão da creche, no capítulo da Educação, a Constituição explicita sua função eminentemente educativa, a qual se agregam as ações de cuidado.

Por determinação da LDB 9394/96, as creches passaram a atender crianças de 0 a 3 anos de idade e a pré-escola para crianças de 4 a 6 anos de idade.

A educação é elemento constitutivo da pessoa e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal.

É preciso analisar separadamente as faixas etárias de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos, porque foram grupos tratados diferentemente, quer nos objetivos, quer por instituições que atuaram nesse campo, sejam públicas ou privadas. A primeira faixa esteve predominantemente sob a tutela da Assistência Social e tinha uma característica mais assistencial, como cuidados físicos, saúde, alimentação. Por determinação da LDB/96, as creches passaram a desenvolver programas educacionais, que desenvolvem proposta pedagógica de alta qualidade com bons materiais pedagógicos.

As crianças de 4 a 6 anos continuam sendo atendidas na pré-escola, com objetivos educacionais, segundo as diretrizes curriculares nacionais emanadas do Conselho Nacional de Educação, seguindo a melhor pedagogia, porque é nessa idade, precisamente, que os estímulos educativos têm maior poder de influência sobre a formação da personalidade e o desenvolvimento da criança, conforme consta no Plano Nacional de Educação.

- **Diretrizes da Educação Infantil**

Ao longo dos dez anos deste Plano Municipal de Educação, a demanda de educação infantil, deverá beneficiar a toda criança pertencente a menor faixa de renda que necessite de vaga e cuja família queira ter seus filhos freqüentando uma instituição educacional. As orientações pedagógicas e medidas administrativas que conduzem à melhoria da qualidade dos serviços oferecidos, medidas de natureza política, medidas econômicas relativas aos recursos financeiros necessários e medidas administrativas para articulação dos setores da política social envolvidos no atendimento dos direitos e das necessidades das crianças, como a Educação, a Assistência Social, a Justiça, o Trabalho, a Cultura, a Saúde e as Comunicações Sociais, além das organizações da Sociedade Civil.

Conforme o Plano Nacional de Educação, a educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. É responsável pela elevação do nível de inteligência das pessoas, mesmo porque a inteligência não é herdada geneticamente, nem transmitida pelo ensino mas construída pela criança, a partir do nascimento, na interação social mediante a ação sobre os objetos, as circunstâncias e os fatos.

Na distribuição de competências referentes à educação infantil, a União e os Estados atuarão subsidiariamente no município com o apoio técnico e financeiro, delegando-lhe responsabilidade de construção e manutenção.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, são definidas pelo Conselho Nacional de Educação, consoante determina o art. 9, IV da LDB, complementadas pelas normas dos sistemas de Ensino do Município.

A inclusão de crianças especiais no sistema regular da educação infantil, será realizada através de programas de orientações aos pais, qualificação dos profissionais e adaptação dos estabelecimentos. O processo de inclusão dar-se-á após avaliações diagnósticas do aluno, realizadas por especialistas na área, em estabelecimento específico.

A melhoria da infra-estrutura física, deve ser uma preocupação constante, inclusive prevendo a utilização das tecnologias educacionais em multimídia.

- **Objetivos e Metas do Plano Municipal de Educação para a Educação Infantil**

As metas estão relacionadas à demanda manifesta, e não à demanda potencial, definida pelo número de crianças na faixa etária, pois a educação infantil não é obrigatória, mas um direito da criança. A existência da possibilidade de acesso e o conhecimento dos benefícios da freqüência a um centro de educação infantil de qualidade, induzem um número cada vez maior de famílias a demandar uma vaga para seus filhos.

Importante nesse processo é a qualidade do atendimento, pois só esta o justifica e produz resultados positivos.

- **Objetivos**

❖ Garantir continuidade do programa para formação em serviço, dos ~~funcionários de educação e dos professores~~ profissionais, pois a capacitação em exercício possibilita a reflexão sobre a própria prática.

❖ Redimensionar o número de profissionais técnico-pedagógicos em relação ao contingente de alunos da rede municipal de ensino, para melhor acompanhamento das ações técnico-pedagógicas.

❖ Assegurar na vigência do Plano Municipal de Educação, a reformulação do Estatuto do Magistério Público Municipal, dando maior atenção ao Plano de Carreira do Magistério, que possibilite a valorização profissional da classe, através de uma comissão representativa.

❖ Adotar medidas a curto prazo, que possibilitem a ampliação de jornada diária de aulas para alunos da pré-escola da rede municipal para 4 horas.

❖ Estudar a longo prazo, a proposta do ensino fundamental de 9 anos, para atender os alunos de 6 anos, da pré-escola, como ensino obrigatório.

❖ Incentivar a criação e atuação dos Conselhos de Escola e outras formas de participação da comunidade escolar e local, na melhoria do funcionamento das instituições de educação infantil públicas e privadas e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.

❖ Ampliar o sistema de acompanhamento, controle e supervisão da educação infantil, nos estabelecimentos públicos e privados, para a melhoria da qualidade e a garantia do cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos pelas diretrizes nacionais, estaduais e municipais.

❖ Adotar critérios de avaliação como instrumento para adoção de medidas de melhoria da qualidade de ensino.

❖ Analisar na vigência do plano, critérios para organização da Unidade Escolar, que contemple um número de alunos por classe compatível com as necessidades

das crianças que precisam de atenção bastante individualizada, em várias circunstâncias e que requerem mais cuidados dos adultos.

- ~~Implantar, ao longo dos próximos 10 anos,~~ Incentivar a iniciação da criança a uma Língua Estrangeira Moderna a partir do ~~Nível III~~ (6 anos).
- Promover nas Unidades, programas sócio-educativos especiais para as famílias de baixa renda, em parcerias com outros órgãos.
- Garantir autonomia financeira para atender o Projeto Pedagógico da escola.

(Ver Anexos 5, 6 e 7).

8.1.2- Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito. É prioridade na atual conjuntura brasileira, pois, o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar no meio social e político, garante a condição de cidadania plena.

O art. 208, § 1° da Constituição Federal afirma:
"O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo"

LDB – 9394/96 em seu art. 32 afirma:
"O Ensino Fundamental, com duração mínima de 8 anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão".

- **Diagnóstico**

De acordo com a Constituição Brasileira e a LDB, o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito, garantindo sua oferta inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. É básico na formação do cidadão, pois lhe confere o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo e constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de relacionar no meio social e político. É prioridade oferecê-lo a toda população brasileira.

A exclusão da escola de crianças na idade própria, seja por incúria do Poder Público, seja por omissão da família e da sociedade, é a forma mais perversa e irremediável de exclusão social, pois nega o direito elementar de cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade e alienando milhões de brasileiros de qualquer perspectiva de futuro.

- **Diretrizes do Ensino Fundamental para o Plano Municipal de Educação**

Nos dez anos de vigência deste Plano Municipal de Educação, o Ensino Fundamental deverá atingir a sua universalização, sob a responsabilidade do Poder

Público, garantindo o acesso, a permanência e a qualidade da educação escolar até a conclusão, como foi detalhadamente apresentada na sessão Financiamento da Educação.

Além do atendimento pedagógico, a escola tem responsabilidades sociais que extrapolam o simples ensinar, especialmente para crianças carentes. Para garantir o desenvolvimento desses alunos, faz-se necessário ampliar o atendimento social, sobretudo para as faixas de menor renda, com procedimentos como Renda Mínima associada à educação, alimentação escolar, materiais didático-pedagógicos e transporte escolar.

A expressiva presença de jovens com mais de 14 anos no ensino fundamental, resultante da repetência e evasão, sinaliza para a necessidade de políticas educacionais destinadas a correção das distorções idade/série, demanda a criação de condições próprias para a aprendizagem dessa faixa etária, adequadas à sua maneira de usar o espaço, o tempo, os recursos didáticos e à formas peculiares com que a juventude tem de conviver.

A melhoria da infra-estrutura física das escolas, deve ser uma preocupação constante, inclusive prevendo a utilização das tecnologias educacionais em multimídia, as adaptações adequadas aos portadores de necessidades especiais, os espaços para atividades artístico-culturais, esportivas e recreativas.

Adequar o ensino noturno às necessidades dos alunos, por meio de compatibilização de horários, opções programáticas e metodológicas diferenciadas das classes diurnas, distribuídas harmonicamente no tempo, acesso a todos os recursos pedagógicos da escola e currículo significativo para os alunos.

A escola precisa superar o "afã" de compensar o "tempo perdido", simplificando o trabalho pedagógico por excesso de conteúdos meramente informativos e desconectados da realidade dos estudantes.

É preciso garantir continuidade para a formação em serviço, dos profissionais de educação, pois é nesta capacitação que se obtém condições de refletir sobre a própria prática, jamais esquecendo que a escola tem como principal função a promoção do conhecimento científico.

A escola de hoje requer a visão de que o aluno é sujeito ativo de sua própria aprendizagem, sendo capaz de construir novos conhecimentos, e o papel do professor é ser mediador entre o conhecimento do aluno e o conhecimento científico historicamente acumulado.

A atualização do currículo, valoriza o paradigma da interdisciplinaridade e abre novas perspectivas no desenvolvimento de habilidades, para dominar esse mundo globalizado.

Os temas transversais estão vinculados ao cotidiano da maioria da população, como ética, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo. Deverão estar em

consonância com as Diretrizes emanadas dos Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais.

A implantação do ensino em Tempo Integral, deverá ocorrer quando da expansão da rede, no prazo da vigência do Plano Municipal de Educação, priorizando as comunidades com carências econômicas e sociais.

A criação de um Sistema Municipal de Acompanhamento e Avaliação da situação escolar, para dimensionar as necessidades e perspectivas futuras.

- **Objetivos e Metas**

- Assegurar a formação específica de Nível Superior para o Magistério, como exigência para o exercício profissional, nas quatro séries iniciais, considerando que os profissionais que já atuam, possam no prazo de 5 anos cumprir com as exigências estaduais. Licenciatura plena nas áreas de conhecimentos específicos nas demais séries;
- Garantir o acesso e a permanência de todas as crianças na escola;
- Reduzir as taxas de repetência e evasão, por meio de programas de aceleração, reforço e recuperação paralela, ao longo do curso;
- Assegurar que, em três anos, todas as escolas tenham formulado seus projetos pedagógicos;
- Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, através de Conselhos Escolares, APM ou órgãos equivalentes;
- Integrar recursos do Poder Público destinados à política social, em ações conjuntas da União, dos Estados e Municípios, para garantir entre outras metas, Programa de Renda Mínima, para famílias com carências econômicas comprovada;
- Garantir transporte escolar, quando necessário, podendo contar com colaboração financeira da União, dos Estados e Municípios, de forma a garantir o acesso do aluno à escola;
- Garantir a curto prazo a valorização do profissional de Educação com a criação e implantação do Plano de Carreira e Remuneração dos profissionais do Magistério, estabelecendo piso salarial e valor da hora aula condizentes com a média do mercado profissional;
- Intensificar auxílios através das parcerias com as demais Secretarias, que assegurem a prevenção e o atendimento necessário a todos os alunos através de campanhas educativas preventivas e curativas;
- Ampliar progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de profissionais e funcionários em número suficientes;

- Prover, nas escolas de tempo integral, preferencialmente para as crianças de famílias de menor renda, no mínimo duas refeições, apoio às tarefas escolares, a prática de esportes e atividades artísticas;
- Assegurar a elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos da rede municipal, mediante a implantação no Sistema Municipal de Ensino, de um programa de monitoramento que utilize indicadores de avaliação da Educação Básica;
- Prover de literaturas, textos científicos, obras básicas de referência, para apoio aos professores;
- Tratar a questão ambiental como tema transversal desenvolvendo orientações como prática educativa integrada e permanente em conformidade com a Lei nº 9795/99;
- Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania;
- Manter e aperfeiçoar os programas de capacitação em serviços aos professores e funcionários da rede municipal de ensino;
- Proceder mapeamentos das crianças fora da escola, visando localizar a demanda e universalizar a oferta de ensino obrigatório;
- Desenvolver ações articuladas e intersetoriais com as famílias de adolescentes em conflito com a Lei, garantindo aos mesmos inclusão escolar e reinclusão social;
- Ampliar a equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação com psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, orientadores pedagógicos e professores capacitadores, para maior e melhor atendimento à Rede Municipal de Ensino;
- Promover nas Unidades Escolares, programas sócio-educativos especiais para famílias dos alunos, em parcerias com outros órgãos;
- Investir na formação permanente e continuada dos professores e funcionários;
- Manter na rede municipal, no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, a disciplina de Filosofia, e incluir nas demais séries, da rede pública, visando a construção da democracia, das questões morais, da paz e da justiça.
- Garantir a curto prazo, as adequações necessárias ao atendimento com qualidade aos alunos de cursos noturnos e alunos com necessidades educativas especiais;
- Garantir a qualidade e manutenção da infra-estrutura das escolas, inclusive as condições para utilização das tecnologias educacionais em multimídia, contemplando-se desde a construção física, com adaptações adequadas a portadores de necessidades especiais, até os espaços especiais para atividades artístico-culturais, esportivas, recreativas e a adequação de equipamentos;

- ❖ Incluir na grade curricular escolar, conteúdos sobre o processo de envelhecimento, as etnias, os portadores de necessidades especiais com vistas a melhorar a conduta ética do aluno quanto ao preconceito e respeito para com todas as pessoas;
- ❖ Promover programas preventivos com equipes especializadas, para orientações aos alunos e pais sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas;
- ❖ Manter e aperfeiçoar os programas desenvolvidos nas escolas sobre Legislação de Trânsito;
- ❖ Garantir autonomia financeira com vista a atender o Projeto Pedagógico da escola.
- ❖ Organizar um sistema de informações estatísticas e de divulgação das avaliações da política e dos resultados das ações político-pedagógicas no ensino fundamental.
- ❖ Incluir a longo prazo, Língua Estrangeira Moderna, para que os educandos cresça pessoal e profissionalmente, atingindo um nível de competência lingüística capaz de permitir acesso às informações de vários tipos, ao mesmo tempo que contribua para a sua formação geral.

(Ver Anexos 8, 9, 10 e 11).

8.1.3- Ensino Médio

- **Diagnóstico**

No processo de modernização do País, o ensino médio tem um importante papel a desempenhar, sendo um poderoso fator de formação para a cidadania e de qualificação profissional.

O art. 35 da LDB – trata da etapa final da educação básica e tem por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.

A Emenda Constitucional nº 14 e a LDB atribuem aos Estados a responsabilidade, pela manutenção e desenvolvimento do Ensino Médio, que apresenta um surpreendente crescimento no número de matrículas na rede estadual, com conseqüente diminuição da matrícula na rede privada. No entanto o Ensino Médio por ser opcional, não garante a permanência do aluno na escola, na rede pública.

Os maiores impedimentos para a conclusão do Ensino Médio são verba para transporte, conteúdos sem atrativos e docentes mal preparados e desmotivados.

Causas externas ao sistema educacional, contribuem para que adolescentes e jovens se percam pelos caminhos da escolarização, agravadas por dificuldades de própria organização da escola e do processo ensino-aprendizagem. Os números do abandono e de repetência, apesar da melhoria dos últimos anos, ainda são bastante desfavoráveis.

A falta de verba para garantir o transporte é um grande dificultador, pois o aluno na faixa de idade do Ensino Médio, pertence à grande massa de desempregados. O passe escolar é um fator favorável à sua permanência, no entanto, na gestão financeira esses recursos não existem.

O currículo do Ensino Médio não oferece atrativos para o aluno, uma vez que não houve atualização de seus conteúdos face a um contexto de globalização.

A formação, capacitação e valorização do magistério não tem acompanhado a dinâmica dessa evolução global.

- **Diretrizes – Ensino Médio**

A Constituição Federal/1988 estabelece como objetivos fundamentais do país a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, reduzindo as desigualdades sociais e regionais, sem preconceitos e discriminação de qualquer ordem. Nesta direção a LDB/96, define como princípios fundamentais da Educação Nacional, a liberdade e a solidariedade humana e, como finalidade da educação básica, o desenvolvimento do educando para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A Resolução 03/98, propõe orientações de organização pedagógica e curricular para o ensino médio em termos de valores de interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática, da tolerância, da solidariedade e do fortalecimento dos laços familiares, bem como de princípios de ética, política e estética.

Sendo o ensino médio um dever do Estado, este deve garantir a progressiva universalização com a oferta da educação média de qualidade, que não pode prescindir de definição pedagógicas e administrativas fundamentais a uma formação geral sólida e medidas econômicas que assegurem recursos financeiros para seu financiamento.

É importante o estabelecimento de um sistema de avaliação, à semelhança do que ocorre com o ensino fundamental, essencial para o acompanhamento dos resultados e correção dos seus equívocos.

Conforme as metas do Plano Nacional de Educação, a formação, capacitação e valorização do magistério, devem associar-se aos demais níveis de ensino.

A disposição constitucional de integração dos portadores de deficiência na rede regular de ensino, será no ensino médio, implementada através de qualificação dos professores e da adaptação das escolas quanto às condições físicas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos.

- **Objetivos e Metas**
  - ❖ Promover permanente capacitação do pessoal docente garantindo a formação contínua da equipe educativa visando a melhoria constante da qualidade de ensino;
  - ❖ Reordenamento da rede física atual para atendimento da demanda;
  - ❖ Implantar e consolidar, no prazo de cinco anos, a nova concepção curricular elaborada pelo Conselho Municipal de Educação;
  - ❖ Melhorar o aproveitamento dos alunos do ensino médio de forma a atingir níveis satisfatórios de desempenho e avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, pelo Exame Nacional do Ensino Médio e pelos sistemas de avaliação que venham a ser implantados nos Estados;
  - ❖ Elaborar, a curto prazo, padrões mínimos nacionais de infra-estrutura para o ensino médio, como espaço para esporte e recreação, biblioteca, laboratórios de ciências e informática, com equipamento de multimídia, equipamento didático-pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula, telefone e reprodutor de texto; internet.
  - ❖ Assegurar que a médio prazo, todas as escolas estejam equipadas, pelo menos, com biblioteca, telefone e reprodutor de textos e internet;
  - ❖ Adotar medidas para a universalização progressiva das redes de comunicação, para melhoria do ensino e da aprendizagem;
  - ❖ Criar mecanismos, como Conselhos ou equivalentes, para incentivar a participação da comunidade na gestão, manutenção e melhoria das condições de funcionamento das escolas;
  - ❖ Assegurar a autonomia das escolas, no projeto pedagógico e na gerência de recursos financeiros para a manutenção do cotidiano escolar;
  - ❖ Adotar medidas para ampliar a oferta diurna e manter a oferta noturna, suficiente para garantir o atendimento dos alunos que trabalham;
  - ❖ Proceder, a curto prazo, uma revisão da organização didático-pedagógica e administrativa do ensino médio, em todos os turnos, com ênfase no período noturno, de forma a adequá-lo às necessidades do aluno trabalhador, sem prejuízo da qualidade do ensino;
  - ❖ Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania;
  - ❖ Garantir a permanência do aluno até a conclusão do curso, no Ensino Médio Regular.
  - ❖ Atendimento com dignidade ao aluno com necessidades educativas especiais.

(Ver Anexos 12 e 13).

8.2 – Ensino Superior

- **Diagnóstico**

O Plano Nacional de Educação – para enfrentar os sérios problemas que a educação superior enfrenta, no Brasil, estabelece uma prática que promove sua renovação e desenvolvimento.

Como resultado conjugado de fatores demográficos, aumento das exigências de trabalho, além das políticas de melhoria do ensino médio, houve uma explosão na demanda por educação superior.

A matrícula nas instituições de educação superior vem apresentando um rápido crescimento nos últimos anos e a participação do ensino privado no nível superior aumentou sobretudo na década de 70.

A distribuição de vagas é muito desigual por região, o que precisará ser corrigido na vigência do Plano Nacional de Educação.

A manutenção das atividades típicas das universidades – ensino, pesquisa e extensão – que constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País, não será possível sem o fortalecimento do setor público. Paralelamente, a expansão do setor privado deve continuar, desde que garantida a qualidade.

- **Diretrizes**

Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições, é cada vez maior.

O sistema de educação superior deve contar com um conjunto diversificado de instituições que atendam a diferentes demandas e funções.

A diretriz básica para o bom desempenho desse segmento, é a autonomia universitária, exercidas nas dimensões previstas na Constituição Federal/1988: didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

A pressão pelo aumento de vagas na educação superior, que decorre do aumento acelerado do número de egressos da educação média, já está acontecendo e tenderá a crescer. Deve-se planejar a expansão com qualidade.

Há necessidade da expansão das universidades públicas e privadas para atender à demanda crescente dos alunos, sobretudo os carentes, buscando formas alternativas de Bolsas de Estudos e de financiamentos adequados.

É indispensável melhorar a qualidade de ensino oferecido, para o que constitui instrumento adequado a institucionalização de um amplo sistema de avaliação associada

à ampliação dos programas de pós-graduação, cujo objetivo é qualificar os docentes que atuam na educação superior.

Ressalte-se que à educação superior está reservado, também, o papel de fundamentar e divulgar os conhecimentos ministrados nos outros níveis de ensino, assim como preparar seus professores.

- **Objetivos e Metas**
  - ❖ Ampliar a oferta de ensino público e privado, incentivando a criação de novos estabelecimentos de educação superior;
  - ❖ Estabelecer um amplo sistema interativo de educação à distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais regulares ou de educação continuada;
  - ❖ Incentivar parcerias com as Universidades Públicas e Privadas para oferecer cursos de formação profissional em exercício e capacitação;
  - ❖ Incentivar o desenvolvimento de pesquisas na área de educação em convênio com Universidades públicas e privadas.
  - ❖ Propor a busca de financiamentos de pesquisas junto à Fundações; aos órgãos Estaduais e Federais para o desenvolvimento da educação no município.
  - ❖ Incentivar no Plano Municipal de Educação levantamentos periódicos para identificar as necessidades e peculiaridades do município para ofertar cursos de educação superior que atendam essa demanda;
  - ❖ Incentivar políticas que possibilitem a capacitação de professores do Ensino Médio para melhor preparar os alunos para o acesso à educação superior, através de compensação de deficiências de formação escolar anterior, em convênios e parcerias que ofereçam o ensino médio, curso normal;
  - ❖ Incentivar, através de Convênios ou Parcerias, nas instituições de ensino superior pública ou privada, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior;
  - ❖ Estimular parcerias para a criação e o desenvolvimento da pós-graduação no ensino superior público ou privado, dobrando o número de profissionais qualificados;
  - ❖ Incentivar a instalação de novas Instituições de Ensino Superior no município e sedimentar as já existentes, impulsionando um ensino superior de qualidade.

9- Modalidades de Ensino

9.1 – Educação de Jovens e Adultos – Suplência

- **Diagnóstico**

A Constituição Federal/1988 – em seu art. 214 I, determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação, a integração de ações do Poder Público que conduzam a erradicação do analfabetismo que está intimamente associado às taxas de escolarização e ao número de crianças fora da escola.

Os déficits do atendimento no ensino fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso, aos altos índices de repetência e evasão que causaram o fracasso escolar.

A necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar as transformações do mundo, desenvolveu o conceito de educação ao longo de toda a vida, que se inicia com a alfabetização.

Para inserir essa população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, não basta ensinar a ler e escrever. A educação de jovens e adultos deve compreender no mínimo, a oferta de uma formação equivalente às oito séries iniciais do ensino fundamental.

No art. 208 I, da Constituição Federal/1988 – a modalidade de ensino "educação de jovens e adultos", no nível fundamental deve ser oferecida gratuitamente pelos Estados e Municípios, a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

- **Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos**

A Educação de Jovens e Adultos, distingue-se da educação de crianças e adolescentes por ter objetivos e procedimentos específicos para a aprendizagem dos adultos, levando em conta as condições de vida e de trabalho, as experiências e vivências dos adultos, a forma pela qual os jovens e adultos se motivam e o nível de aplicação das aprendizagens para o seu próprio desenvolvimento e de seu meio.

A educação de adultos é uma prática tão antiga quanto a história da raça humana, entretanto, só recentemente é que se tornou uma preocupação científica, pois a nossa sociedade passou e passa por rápidas revoluções industriais, tecnológicas e pelo fenômeno da globalização, exigindo preparo, estudo, competência, capacidade de reflexão, criatividade, flexibilidade, capacidade de tomar decisões, assim, existe um vínculo entre a educação de jovens e adultos e o desenvolvimento sustentado e equitativo da humanidade.

- **Objetivos e Metas**
  - ❖ Manter uma política significativa da Educação de Jovens e Adultos, em nível de totalidade de atendimento, conhecimento e formação de cidadãos críticos e participativos, com tratamento diferenciado;
  - ❖ Buscar o fim da evasão e repetência escolar, intensificando ações pedagógicas diferenciadas, incluindo a valorização da participação, do diálogo, do trabalho coletivo, das decisões compartilhadas e da formação da consciência crítica;
  - ❖ Respeitar as diferenças individuais, a diversidade cultural, a liberdade de expressão e argumentação, combatendo qualquer forma de discriminação trabalhando questões de moralidade e dignidade;
  - ❖ Entender o ser humano como indivíduo único, com ritmo próprio de aprendizagem que supera a idéia da padronização;
  - ❖ Superar a idéia de que todos aprendem do mesmo jeito. As turmas de alunos não são homogêneas. Os professores e alunos devem interagir de diferentes formas e ritmos no processo ensino-aprendizagem;
  - ❖ Construir uma educação que mude a prática pedagógica em sala de aula, possibilitando ao aluno opinar sobre cada assunto discutido. Esse fator que faz com que seu saber anterior seja valorizado, através da intervenção do professor, que parte do conhecimento real do aluno, desafiando-o a ampliar seu conhecimento potencial;
  - ❖ Adequar o ensino noturno às necessidades dos alunos, por meio da compatibilização de horários, opções programáticas e metodológicas diferenciadas das classes diurnas, distribuição harmonicamente do tempo, acesso a todos os recursos pedagógicos da escola e currículos significativos para os alunos, conectados com a realidade delas;
  - ❖ Garantir a formação continuada e as capacitações diferenciadas e específicas para os profissionais da Educação de Jovens e Adultos com o objetivo de avançar na qualidade do trabalho e das relações pessoais e sociais através de práticas mais solidárias;
  - ❖ Valorizar os profissionais da Educação nas questões financeiras, condições de trabalho, estudo e planejamento, pela importância que têm na transformação da sociedade;
  - ❖ Repensar os conteúdos curriculares e suas práticas de sala de aula, através da pesquisa da realidade, da organização dos conhecimentos e da construção da educação como um todo;
  - ❖ Ampliar a curto prazo, a oferta de vagas para o período do noturno e abrir vagas no período diurno para atender alunos assistidos em programas das outras secretarias e conselhos;

- ❖ Avaliar o desenvolvimento do aluno na sua totalidade, para que estes conhecimentos trabalhados cumpram o papel de ajudar o sujeito, a compreender melhor a realidade, para modificá-la;
- ❖ Incluir na Grade Curricular a disciplina de Filosofia, pois os conhecimentos trabalhados em cada campo do saber não são um fim em si mesmo. Eles são recursos fundamentais para a construção conceitual que extrapola às áreas específicas;
- ❖ A longo prazo a inclusão de língua estrangeira moderna, visando a ampliação da capacidade profissional dos jovens e ingresso no mercado de trabalho.

(Ver Anexo 14)

9.2 – Educação Especial

Art. 208 da Constituição Federal - 1988

"O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96

Art. 58 – *"Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais".*

- **Diagnóstico**

As políticas recentes acerca da Educação Especial, têm indicado três situações passíveis para a organização do atendimento: participação nas classes comum de recursos, sala especial e escola especial. Todas as possibilidades têm por objetivo a oferta de educação de qualidade.

As tendências recentes dos sistemas de ensino são: integração/inclusão do aluno com necessidades especiais nas classes regulares de ensino e, se isto não for possível em função das necessidades do educando, realizar o atendimento em classes e escolas especializadas.

O Sistema Municipal de Ensino Público de Indaiatuba, vem tratando a questão através do Programa de Apoio à Educação Especial, instituído através de Decreto de Criação de 1997, e em parcerias e convênios com instituições de fins filantrópicos e instituições particulares.

Os indivíduos portadores de necessidades especiais, têm suas especificidades, seu ritmo, seu tempo e seu modo de manifestar os processos de apropriação do saber.

Portanto, a aprendizagem, na perspectiva sócio-histórica, parte do pressuposto que todos são capazes de aprender. O que precisa é ser relativizado o conceito de aprendizagem.

Apesar do crescimento das matrículas, o déficit é muito grande e constitui um desafio imenso para os sistemas de ensino, pois diversas ações devem ser realizadas ao mesmo tempo. Entre elas, destacam-se a sensibilização dos demais alunos e da comunidade em geral para a integração, as adaptações curriculares, a qualificação dos professores para o atendimento nas escolas regulares e a especialização dos professores para o atendimento nas novas escolas especiais, produção de livros e materiais pedagógicos para as diferentes necessidades, adaptação das escolas para que os alunos especiais possam nelas transitar, oferta de transporte escolar adaptado, etc.

Mas o grande avanço que a década da educação deverá produzir será a construção de uma escola inclusiva, que garanta o atendimento à diversidade humana.

- **Diretrizes do Plano Municipal de Educação para a Educação Especial**

A educação especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltiplas quer de características de altas habilidades, superdotação ou talentos e com dificuldades acentuadas de aprendizagem (RES. 02/2001 C.N:E. art. 5º).

A integração dessas pessoas no ensino regular é uma diretriz garantida pelo art. 208 da Constituição Federal. Tal política abrange o âmbito social, do reconhecimento dos indivíduos especiais como cidadãos e de seus direitos de estarem integrados na sociedade o mais plenamente possível; e o âmbito educacional, tanto nos aspectos administrativos, quanto na qualificação de professores e demais profissionais envolvidos.

Todo o ambiente escolar deverá ser sensibilizado para uma perfeita integração à diversidade dos alunos. A participação da comunidade é fundamental. Quanto às escolas especiais, a política de inclusão as reorienta para prestarem apoio aos programas de integração.

As organizações da sociedade civil, de natureza filantrópica, que se dedicam ao atendimento aos indivíduos com necessidades especiais, deverão continuar recebendo apoio do Poder Público, sendo consideradas parceiras do governo no processo educacional desses educandos.

As autoridades educacionais terão os esforços redobrados para valorizar a permanência dos alunos nas classes regulares, eliminando a nociva prática de encaminhamento para classes especiais daqueles que apresentam dificuldades comuns de aprendizagem, problemas de dispersão, atenção ou de disciplina. A esses deverá ser dado maior apoio pedagógico nas suas próprias classes, e não separá-los como se precisassem de atendimento especial.

- **Objetivos e Metas**
  - ❖ Organizar em parcerias com as áreas de saúde e assistências, programas destinados a ampliar a oferta da estimulação precoce para as crianças com necessidades educacionais especiais em instituições especializadas ou regulares de educação infantil, especialmente creches;
  - ❖ Investir na formação de recursos humanos nas creches através de cursos de capacitação;
  - ❖ Realizar estudos entre os demais sistemas educacionais para avaliar os encaminhamentos às classes especiais;
  - ❖ Garantir o atendimento especializado aos portadores de alto grau de comprometimento mental ou por deficiências múltiplas, em instituições educacionais especializadas e equipadas para esse fim;
  - ❖ Manter parcerias com as demais secretarias para o desenvolvimento de projetos na de lazer, esporte, cultura, turismo, meio ambiente, área de saúde, bem como hospital dia ou classe hospitalar;
  - ❖ Promover cursos de capacitação e formação continuada sobre Educação Especial, aos profissionais da Educação;
  - ❖ Garantir a generalização, a curto prazo, da aplicação de testes de acuidade visual e auditiva, nas instituições de educação infantil e ensino fundamental, em parcerias com a área da saúde, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças especiais;
  - ❖ Tornar disponível, a curto prazo, livros didáticos falados, em braille e em caracteres ampliados, para todos os alunos cegos e para os de visão sub-normal;
  - ❖ Ampliar o fornecimento e uso de equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do educando com necessidades especiais;
  - ❖ Assegurar transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos com necessidades especiais;
  - ❖ Assegurar a inclusão, no projeto pedagógico das unidades escolares, do atendimento às necessidades educacionais especiais dos seus alunos, definindo os recursos disponíveis e oferecendo formação em serviço aos professores em exercício;
  - ❖ Estabelecer um sistema de informações completas e fidedignas sobre a população a ser atendida pela educação especial, a serem coletadas pelo censo educacional e pelos censos populacionais;
  - ❖ Oferecer possibilidades de atendimento ao PNEE em oficinas terapêuticas e/ou Pedagógicos.

(Ver Anexo 15)

9.3- Educação Tecnológica e Formação Profissional

Fundamentos Legais

LDB – 9394/96 Art. 36, 39 a 42

- **Diagnóstico**

Não há informações precisas, no Brasil, sobre a oferta da formação para o trabalho, justamente porque ela é heterogênea. Além das redes federais e estaduais de escolas técnicas, existem os programas do Ministério do Trabalho, das secretarias estaduais e municipais do Trabalho e dos sistemas nacionais de aprendizagem, assim como um número relativamente grande de cursos particulares de curta duração, inclusive de educação à distância, além de treinamento em serviço de cursos técnicos oferecidos pelas empresas para seus funcionários.

A heterogeneidade e a diversidade são elementos positivos, pois permitem atender a uma demanda variada. Porém existem fatores preocupantes, pois a oferta está longe de atingir a população de jovens que precisam se preparar para o mercado de trabalho. Associadas a esse fato está a limitação de vagas nos estabelecimentos públicos de nível técnico e tecnológico, que aliam a formação geral de nível médio à formação profissional.

Os cursos básicos, técnicos e tecnológicos oferecidos pelas escolas técnicas federais, estaduais, municipais e pelos estabelecimentos do chamado Sistema S – Sesi, Senai, Sesc, e outros, ministrados por instituições empresariais, sindicais, comunitárias e filantrópicas, compõem o atendimento à uma demanda reprimida.

O maior problema das escolas técnicas de nível médio, é que a alta qualidade do ensino que oferecem, representam um custo muito alto para sua instalação e manutenção, resultando em um número reduzido de ofertas de vagas àqueles que mais precisam dela.

Neste município, as escolas que atendem essa modalidade de ensino são: Cepin, com formação técnica, em diversas áreas. Sesi, formação básica com cursos de pequena duração. Senai, formação básica. FATEC, formação tecnológica, e outros cursos particulares de curta duração, inclusive educação à distância, além de treinamentos em serviço de cursos técnicos, oferecidos pelas empresas para seus funcionários.

- **Diretrizes para a Educação Tecnológica e Profissional**

A política de educação profissional é uma tarefa que exige a colaboração de múltiplas instâncias do Poder Público e da sociedade civil.

A limitação de vagas nos estabelecimentos públicos, das escolas técnicas, criou um sistema de seleção que tende a favorecer os alunos de maior renda e melhor nível de escolarização, afastando os jovens trabalhadores que mais necessitam delas.

Por isso mesmo, estão sendo implantadas novas diretrizes no sistema público de educação profissional. Prevê-se que a educação profissional sob o ponto de vista operacional, seja estruturada nos níveis básicos – independente do nível de escolarização do aluno, complementar ao ensino médio e tecnológico superior, de graduação ou pós-graduação.

Prevê-se também, ainda, a integração desses dois tipos de formação: a formal, em instituições especializadas, e a não formal, adquirida por diversos meios, inclusive no trabalho.

É também importante considerar que a oferta de educação profissional é responsabilidade igualmente compartilhadas entre o setor educacional, o Ministério do Trabalho, Secretarias do Trabalho, serviços sociais do comércio, da agricultura e da indústria e os sistemas nacionais de aprendizagem. Os recursos provêm, portanto, de múltiplas fontes. As empresas também estão vinculadas nessa esteira de recursos, quando financiam a qualificação dos seus trabalhadores.

- **Objetivos e Metas**
  - ❖ Estabelecer parcerias entre os sistemas federal, estadual e municipal e a iniciativa privada, para ampliar e incentivar a oferta de educação profissional;
  - ❖ Estimular permanentemente o uso das estruturas públicas e privadas não só para os cursos regulares, mas também para treinamento de trabalhadores com vistas a inseri-los no mercado de trabalho com mais condições de competitividade e produtividade, possibilitando a elevação de seu nível educacional, técnico e de renda;
  - ❖ Incentivar, por meio de recursos públicos e privados, a produção de programas de educação à distância que ampliem as possibilidades de educação profissional permanente para toda a população economicamente ativa;
  - ❖ Estabelecer parcerias junto às escolas agrotécnicas e em colaboração com o Ministério da Agricultura, cursos básicos para agricultores, voltados para a melhoria do nível técnico das práticas agrícolas e da preservação ambiental, dentro da perspectiva do desenvolvimento auto-sustentável;
  - ❖ Incentivar iniciativas para que sejam promovidos cursos básicos de curta duração para formação técnica de mão de obra para o setor de construção civil;
  - ❖ Integrar a oferta de cursos básicos profissionais, com a oferta de programas que permitam aos alunos uma qualificação profissional. Exigir, sempre que

necessário, que o aluno esteja cursando ou tenha concluído o ensino fundamental;

- ❖ Estabelecer parcerias entre os sistemas públicos e a iniciativa privada, para ampliar e incentivar a oferta de educação profissional;
- ❖ Mobilizar e articular os setores públicos e privados para ampliar a capacidade de atendimento das instituições de educação profissional local, de modo que a médio prazo, a oferta de educação profissional para a população em idade produtiva se efetive, para atender as exigências e perspectivas do mercado de trabalho;
- ❖ Oferecer possibilidades de inserção aos alunos com necessidades especiais.

(Ver Anexos 16 e 17)

9.4- Educação à Distância e Tecnologias Educacionais

Fundamentos Legais
Art. 80 da Lei Federal n° 9394/96
Art. 12 do Decreto Federal n° 2494/98
Decreto Federal n° 2561/98
Art. 2° da Lei Estadual n° 10403/71

- **Diagnóstico**

A Educação à distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados por diversos meios de comunicação.

Educação à distância é uma modalidade de ensino que visa a universalização e a democratização do ensino principalmente onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são mais elevados.

O País, atualmente, conta com uma rede de programação de educação à distância, através de rádio e televisão educativas no setor público, além de algumas contribuições do setor privado.

Os cursos à distância conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio e da educação profissional de nível técnico, que são oferecidos por instituições públicas ou privadas, especialmente credenciadas para esse fim.

Ainda são encipientes, no entanto, aquelas que concretizam um trabalho em regime de cooperação, capaz de elevar a qualidade e aumentar o número de programas produzidos e apresentados.

Os diplomas e certificados expedidos pelas instituições credenciadas, tem a mesma validade dos cursos presenciais.

Cursos à distância ou semi-presenciais podem desempenhar um papel crucial na oferta de formação equivalente ao nível fundamental e médio para jovens e adultos com escolaridade incompleta.

À União cabe o credenciamento das instituições autorizadas a oferecer cursos de educação à distância, assim como o estabelecimento dos requisitos para a realização de exames e registro de diplomas. São de responsabilidade dos sistemas de ensino as normas para produção, controle e avaliação dos programas, assim como a autorização para sua implementação.

O ensino à distância ou semi presencial neste município é ministrado em unidades pólos de Telessalas em parceria com o Senai e instituições filantrópicas, em níveis de Ensino Fundamental e Médio. A modalidade de Ensino Médio, Curso Normal é ministrado para os monitores das Creches da Educação Infantil do Município em parceria com o IESDE – Instituto de Estudos Sociais e Desenvolvimento Educacional do Brasil, com presença flexibilizadas com processos de utilização, conjugadas de meios como a temática e a multimídia.

Nessa mesma linha de procedimentos, a Secretaria Municipal de Educação mantém convênio com a UNESP – Universidade do Estado de São Paulo, na oferta de curso de Normal Superior, para professores da Rede Municipal de Ensino.

- **Diretrizes**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, introduziu uma abertura de grande alcance para a política de educação à distância em todos os níveis e modalidades.

É preciso ampliar o conceito de educação à distância para poder incorporar todas as possibilidades que as tecnologias de comunicação possam propiciar, seja por meio de correspondências, transmissão radiofônica, televisiva, programas de computadores, internet, telemática ou multimídia.

O material escrito, parte integrante e essencial para a eficácia dessa modalidade de educação, deverá apresentar a mesma qualidade dos materiais audiovisuais.

A televisão, o vídeo, o rádio e o computador constituem importantes instrumentos pedagógicos auxiliares, não devendo substituir, no entanto, as relações de comunicação e interação direta entre educador e educando.

As tecnologias utilizadas na educação à distância constituem um instrumento de enorme potencial para o enriquecimento curricular e a melhoria da qualidade do ensino presencial. Para isto, é fundamental equipar as escolas com multimeios, capacitar os professores para utilizá-los.

Quando se tratar, de cursos regulares, que dêem direito a certificados ou diplomas, a regulamentação e o controle de qualidade por parte do Poder Público, são indispensáveis e devem ser rigorosos.

- **Objetivos e Metas**
  - ❖ Ampliar a oferta de programas de formação à distância para a educação de jovens e adultos, especialmente no que diz respeito à oferta de ensino fundamental;
  - ❖ Ampliar, no decorrer da vigência do Plano, a oferta de cursos à distância, em nível médio e superior, especialmente na área de formação de professores para a educação básica;
  - ❖ Apoiar financeira e institucionalmente a pesquisa na área de educação à distância;
  - ❖ Assegurar às escolas públicas, de nível fundamental e médio, o acesso à televisão educativa e outras redes de programação educativo-cultural, com o fornecimento do equipamento correspondente, promovendo sua integração no projeto pedagógico da escola;
  - ❖ Ampliar, na vigência deste Plano Municipal de Educação, laboratórios de informática nas Unidades Escolares, promovendo condições de acesso à internet.
  - ❖ Capacitar a curto prazo, professores multiplicadores em informática na educação; na rede municipal de Ensino
  - ❖ Desenvolver a curto prazo, programas educativos apropriados, especialmente a produção de softwares educativos de qualidade;
  - ❖ Promover imagem não estereotipadas de homens e mulheres na Televisão Educativa, incorporando em sua programação temas que afirmem pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como a adequada abordagem de temas referentes à etnias e portadores de necessidades especiais.

(Ver Anexo 18)

10- Magistério da Educação Básica

10.1 – Formação dos Profissionais e Valorização do Magistério

- **Diagnóstico**

As novas exigências no campo da educação, hoje, requerem profissionais cada vez mais qualificados e permanentemente atualizados, desde a educação infantil até a educação superior. Essas condições são premissas para que se possa oferecer uma educação de qualidade. Mas, para atingir e manter a melhoria da qualidade do ensino, é preciso que seja promovida simultaneamente, a valorização do magistério, caso contrário, qualquer esforço para alcançar as metas estabelecidas, em cada um dos níveis e modalidades de ensino, seria em vão.

A valorização do magistério depende de uma política global de magistério, a qual implica quatro questões fundamentais: a formação profissional inicial, as condições de trabalho, salário e carreira, a formação continuada.

Os esforços dos sistemas de ensino e, especificamente, das instituições formadoras em qualificar e formar professores, têm se tornado pouco eficazes para produzir a melhoria da qualidade do ensino por meio de formação inicial, pois muitos professores se deparam com uma realidade muitas vezes desanimadora, quer seja pelos baixos salários, quer seja pelas difíceis condições de trabalho nas escolas.

É urgente criar condições que mantenham o entusiasmo, a dedicação e a confiança nos resultados do trabalho pedagógico. É preciso que os professores vislumbrem perspectivas de crescimento profissional e de continuidade de seu processo de formação, é fundamental manter na rede de ensino e com perspectivas de aperfeiçoamento constante, os bons profissionais do magistério. Salários dignos, carreira de magistério e avaliação de desempenho, são componentes essenciais para a melhoria do ensino.

Em cumprimento à Lei Municipal 9424/96, está sendo reformulado o plano de carreira do magistério municipal, em anexo. Tratando-se de um processo em curso, este Plano Municipal de Educação reforça o propósito através de metas específicas, na expectativa de que isso constitua um importante passo e instrumento na valorização do magistério municipal.

- **Diretrizes**

A implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, é uma condição e um meio para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade e, portanto, para o desenvolvimento do País, uma vez

que a produção do conhecimento e a criação de novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas.

A melhoria da qualidade de ensino, indispensável para assegurar a população o acesso pleno à cidadania e a inserção nas atividades produtivas que permita a elevação constante do nível de vida, constitui um compromisso dos poderes públicos. Esse compromisso, no entanto, não poderá ser cumprido sem a valorização do magistério, uma vez que os docentes exercem um papel decisivo no processo educacional.

A valorização do magistério implica:

- uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos, objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem.
- um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo.
- jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada do aluno, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula.
- salário condigno, competitivo, no mercado de trabalho, com outras ocupações que requeiram nível equivalente de formação.
- compromisso social e político do magistério.

Assim, a valorização do magistério depende, pelo lado do Poder Público, da garantia de condições adequadas de formação, de trabalho e de remuneração e, pelo lado dos profissionais do magistério, o bom desempenho na atividade.

A formação inicial dos profissionais da educação básica, deve ser responsabilidade principalmente das instituições de ensino superior, nos termos da LDB art. 62.

A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas como ação permanente e a busca de parcerias com universidades e instituições de ensino superior. Aquela relativa aos professores que atuam na esfera privada, será de responsabilidade das respectivas instituições.

A mesma oportunidade e qualidade dos cursos deverão também ser oferecidos aos profissionais das áreas técnicas, administrativos e de apoio.

- **Objetivos e Metas**
  - ❖ Implementar, gradualmente, uma jornada de tempo integral, quando conveniente, cumprida em um único estabelecimento escolar;

- ❖ Desenvolver programas de educação à distância que possam também ser utilizados em cursos semi-presenciais modulares, para formação em serviço, de profissionais da educação;
- ❖ Promover, nas instituições públicas de nível superior, a oferta, na sede ou fora dela, de cursos de especialização para a formação de pessoal para as diferentes áreas de ensino e, em particular, para a educação especial, a gestão escolar, a formação de jovens e adultos e a educação infantil;
- ❖ Incluir em quaisquer cursos de formação profissional, de nível médio e superior, conhecimento sobre educação de pessoas com necessidades especiais, na perspectiva da integração social;
- ❖ Garantir que os sistemas estaduais e municipais de ensino mantenham programas de formação continuada de professores alfabetizadores, contando com a parceria das instituições de ensino superior;
- ❖ Ampliar a oferta de cursos de mestrado e doutorado na área educacional e desenvolver a pesquisa neste campo;
- ❖ Desenvolver programas de pós-graduação e pesquisa em educação como centro irradiador da formação profissional em educação, para todos os níveis e modalidades de ensino;
- ❖ Desenvolver programas de capacidade para professores de Língua Estrangeira Moderna, valendo-se de parcerias e/ou convênios com instituições reconhecidas nacionalmente, devidamente inscritas nos órgãos competentes instaladas no município a mais de três anos.

Os preceitos reguladores para a formulação de uma política pública de formação continuada e valorização do magistério devem observar obrigatoriamente todas as disposições legais vigentes, dentre as quais destacamos:

- Constituição Federal – 1988
- Emenda Constitucional nº 19/98 – Reforma Administrativa
- Emenda Constitucional nº 20/98 – Reforma da Previdência
- Lei nº 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- Lei nº 9424/96 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental do Magistério
- Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal
- Lei nº 10172/2001 – Plano Nacional de Educação
- Lei nº 2662/90 – Estatuto do Magistério Público Municipal
- Lei Orgânica do Município.

11- Financiamento e Gestão

Fundamento Legal

A Constituição da República Federativa do Brasil – artigos 209, 211, 212 e 213.

Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n° 4024 e 9394)

Lei sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Lei n° 9424)

Lei Orgânica do Município de Indaiatuba

Planos pluri-anuais do Município

Leis Municipais de Diretrizes Orçamentárias

Lei Orçamentárias Anuais

- **Diagnóstico**

A fixação de um plano de metas exige uma definição clara dos custos, bem como dos recursos disponíveis e das estratégias para sua ampliação, gestão mais eficiente e criação de novas fontes de financiamento.

A Constituição Federal define as responsabilidades financeiras e de gestão dos entes federados.

Art. 212

Ente Federativo	%
União	18%
Estado	25%
Município	25%

Com a instituição do FUNDEF (Lei 9424/96) em 1998, tornou-se mais clara a distribuição dos recursos.

O município de Indaiatuba, desde 1998, por uma ação planejadamente deliberada, tem procurado ampliar sua própria rede de ensino fundamental, sem contudo, extrapolar o repasse total do FUNDEF, para não correr o risco de ter suas responsabilidades ampliadas de tal forma a tornar inviável a manutenção do ensino fundamental na eventualidade de não se prolongar a vigência do FUNDEF, que se encerrará em 2006.

Financiamento e gestão estão indissoluvelmente ligados. A transparência da gestão dos recursos financeiros e o exercício do controle social permitem garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação. O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle dos recursos do FUNDEF foi instituído em 1997 e instalado em 1998. Tem se reunido regularmente, todos os meses e acompanhado rigorosamente todos os gastos referentes ao fundo, sugerindo até mesmo medidas orçamentárias.

A Secretaria da Educação tem procurado profissionalizar cada vez mais a gestão dos recursos da educação, assumindo ano a ano, cada vez mais, a definição de competências centrais, orçamentárias e de planejamento, participando ativa e eficientemente da elaboração dos Plano PluriAnual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, bem como acompanhando rigorosamente sua execução.

- **Diretrizes**

Ao tratar do financiamento da Educação, é preciso reconhecê-la como um valor em si, requisito para o exercício pleno da cidadania, para o desenvolvimento humano e melhoria da qualidade de vida da população.

A Constituição Federal determina expressamente que a educação deve ser assegurada "com absoluta prioridade" à criança e ao adolescente, pela família, pelo Estado e pela sociedade (art. 227, caput). Embora a educação tenha outras dimensões relevantes, inclusive a econômica, o fundamento da obrigação do Poder Público de financiá-la é o fato de ela constituir "um direito", não um serviço. Por isso passaremos a tratar o financiamento, não como uma questão econômica, mas como uma questão de cidadania.

A vinculação dos recursos orçamentários à manutenção e desenvolvimento do ensino é a primeira diretriz básica para o financiamento da Educação. A vinculação dos recursos apareceu pela primeira vez, na Constituição de 1934, tendo desaparecido na seguinte, para reaparecer em 1946 e fixar-se em 25% (para os municípios) na Constituição Federal de 1988.

Somente a garantia dos recursos e seu fluxo regular permitem o planejamento educacional.

Outra diretriz importante é a gestão da educação através de seus próprios meios, com equipe profissional que gerencie efetivamente os recursos vinculados. A criação do fundo municipal dos recursos da Educação é desejável.

Nos próximos dez anos deve-se procurar outras fontes de financiamento, estabelecendo parcerias com a iniciativa privada e outras esferas de governo, para fornecimento de recursos financeiros e/ou institucionais, por exemplo:

1. Para qualificar, formar e treinar trabalhadores: recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) do Ministério do Trabalho.
2. Secretaria e Ministério da Promoção Social – Educação Infantil, erradicação do trabalho infantil, erradicação da pobreza.
3. Ministério da Justiça para Educação de Jovens e Adultos, educação de presos e egressos, contando com o Fundo Penitenciário (FUNPEN).

A transparência deve ser garantida através do fortalecimento das instâncias de controle interno e externo e os órgãos de gestão, cujas competências devem ser ampliadas.

A implantação de sistemas de informação, para o aprimoramento das bases de dados e do processo de coleta e armazenamento desses dados, de forma a disponibilizá-los de forma ágil e correta, para o Sistema e Sociedade.

Criação de um Sistema de avaliação para verificação da eficácia das políticas públicas em educação.

Implantação de gestão democrática e descentralizada dos recursos. A implementação do Conselho Municipal da Educação e dos Conselhos de Escola com recursos técnicos e representatividade ampliada são diretrizes que devem ser ampliadas.

- **Objetivos e Metas**

Financiamento:

- ❖ Aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o rigoroso cumprimento do Art. 212 da Constituição Federal e do Art. 69 da LDBEN;
- ❖ Garantir que os próximos Planos Plurianuais prevejam os suportes financeiros constantes neste Plano Municipal de Educação;
- ❖ Garantir que as Leis Orçamentárias Anuais reservem os recursos definidos neste Plano Municipal de Educação para os diferentes níveis de ensino;
- ❖ Ampliar gradativamente os recursos humanos e financeiros que gerenciem os programas de renda mínima associados à educação;
- ❖ Promover gradativamente a autonomia financeira das Escolas, mediante repasses de recursos a partir de critérios objetivos;
- ❖ Assegurar que os Projetos específicos implementados no município, tenham garantidos repasses de recursos do Tesouro Federal.
- ❖ Assegurar que recursos do Tesouro Federal sejam implementados no município e repassados através de Projetos específicos;

Gestão:

- ❖ Aperfeiçoar o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, tendo em vista uma ação coordenada entre eles;
- ❖ Participar da gestão conjunta de municípios, em consórcios, colegiados e câmaras intermunicipais e regionais;
- ❖ Ampliar a gestão democrática e autônoma;
- ❖ Deve ser garantida através do fortalecimento das instâncias de controle interno e externo e os órgãos de gestão, cujas competências devem ser ampliadas;

- Racionalizar as normas e gestão democrática, facilitando a participação da comunidade;
- Promover padrões de gestão que destinem recursos para as atividades fim, a descentralização e a autonomia da escola, a eqüidade e a participação da comunidade;
- Organizar a educação básica no campo, de modo a preservar os valores rurais;
- Apoiar tecnicamente as escolas na execução de seus projetos;
- Ampliar a informatização da gestão central e das escolas, conectando-as com os sistemas superiores;
- Ampliar a oferta de programas de formação do pessoal técnico em informação, estatística educacional, avaliação institucional e planejamento;
- Promover medidas administrativas que assegurem a permanência dos técnicos formados nos quadros da Educação;
- Participar ativamente dos programas de avaliações centrais, reformulando diretrizes mediante os resultados auferidos;
- Estabelecer programas próprios de avaliação institucional e do processo de aprendizagem, em todos os níveis de sua competência;
- Definir padrões mínimos de qualidade da aprendizagem na Educação básica;
- Observar as metas estabelecidas em cada modalidade de ensino;
- Estabelecer parcerias com outras instituições educativas e sociais (IES, ONGs, empresas, associações, sindicatos e cursos livres, para dar suporte de qualificação e assessoramento às escolas observando as demandas do Projeto Político Pedagógico de cada escola.

12- Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação

Um Plano da abrangência e complexidade do Plano Municipal de Educação, deve prever mecanismos de acompanhamento e avaliação que lhe dêem segurança no prosseguimento das ações ao longo do tempo e flexibilidade para implementação de medidas corretivas sempre que a constante avaliação aponte para essa necessidade.

Desempenharão papel essencial nas funções de acompanhamento e avaliação, o Conselho Municipal da Educação, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, os Conselhos de Escola e a Sociedade Civil organizada, como aquelas diretamente interessadas e responsáveis pelos direitos da criança e do adolescente – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar.

O acompanhamento e a avaliação do Plano Municipal de Educação, não pode prescindir dos dados e análises qualitativas e quantitativas fornecidas pelos Sistemas de Avaliação já instituídos, como o Censo Escolar do MEC, Sistema de Avaliação do Ensino Básico – SAEB, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Sistema de Avaliação do Ensino Superior, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e até os internacionais já disponíveis como o PISA. O próprio Sistema Municipal de Ensino, deve desenvolver projetos que objetivem a avaliação quantitativa e qualitativa de seu próprio sistema.

Além dessa avaliação contínua, deverão ser feitas avaliações completas, com a periodicidade fixa, a primeira delas após quatro anos de aprovação e implantação do Plano Municipal de Educação.

A avaliação interna e externa do Plano Municipal de Educação, não prescinde da avaliação legislativa feita pela Câmara Municipal e da avaliação técnica feita pelo Tribunal de Contas do Estado.

A aprovação deste Plano Municipal de Educação pela Câmara, num contexto de plena participação social, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições, com o conseqüente controle dos objetivos e metas por ele estabelecidos, são fatores decisivos para que a educação produza a mudança esperada na cidadania do povo brasileiro.

Os compromissos assumidos por este Plano Municipal de Educação, só poderão ser cumpridos se ele for concebido, acolhido e aprovado como um plano de Estado e não simplesmente de Governo, sendo por isso assumido como um compromisso de toda a sociedade para consigo mesma.

ANEXOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2003 – 2013

ANEXO 1 – UNIDADES ESCOLARES CONSTRUÍDAS E AMPLIADAS NO PERÍODO: 1997 – 2003

	UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO	SALAS	VAGAS
1.	EMEF "Profª. Maria Benedicta Guimarães"	Rua José da Silva Maciel, s/nº. Jardim Teotônio Vilela	08	-
2.	EMEF "Profª. Elizabeth de Lourdes C. Sigrist"	Rua Orlando Barnabé, nº 377 – Jardim Morada do Sol	15	-
3.	EMEIEF "Prof. Osório Germano e Silva Filho"	Rua Silvestre Berti, nº 310 – Jardim São Paulo	07	Ampliação
4.	EMEF "Prof. Luiz Carlos Batista de Moura"	Rua Antonio Cantelli, nº 1315 – Jardim São Conrado	12	-
5.	EMEF "Profª. Maria Ignêz Pinezzi"	Rua Antonio Magnusson, nº 82 – Jardim João Pioli	12	-
6.	EMEF "Profª. Walda Maria Stocco Prandini"	Rua Seraphin Gilberto Candello, nº 1715 – Jd. Morada do Sol	08	-
7.	Creche do Jardim Camargo Andrade	Rua Tamoio, nº 726 – Jardim Camargo Andrade	06	100
8.	Creche Esmeralda Martini Paula	Rua João de Campos Bueno, nº 1715 – Jardim Morada do Sol	02	100
9.	EMEI "Profª. Francisca Lucinda Bueno"	Rua Dois, nº 382 – Jardim Lauro Bueno	04	-
10.	EMEIEF "Prof. Oswaldo Antônio Tuon"	Rua José Carlos Wolf, nº1424 – Jardim Alice	03	Ampliação
11.	EMEF "Profª. Yolanda Steffen"/PAEE	Rua Alzira Barnabé, nº 118 – Jardim Tropical	12	-
12.	EMEF "Prof. Aparecido Batista dos Santos"	Rua Luiz Delboni esq. R. Oswaldo A. Tuon – Jd. São Francisco	12	-
13.	EMEIEF "Profª. Janette Vieira Vaqueiro"	Rua Alexandre Ratti, nº 28 – Vila Brizolla	04	-
14.	EMEI e Creche "Profª. Francisca do Amaral"	Rua Rosa Casagrande Scachetti, s/nº - Bairro Santa Cruz	02	100
15.	Creche "Profª. Lourdes Falleiros Pedro"	Rua José Maria de Almeida, nº 63 – Jardim João Pioli	02	100
16.	Creche "Prof. Morivaldo Antonio de Morais"	Estrada do Badin, s/nº - Conj. Habitacional Lúcio Artoni	02	100
17.	EMEF "Prof. Antonio Luiz Balaminutti" e EMEI/Creche Joana Gurgel	Gleba 1 – Sitio Lagoa Preta – Parque Residencial Indaiá	12	-
18.	EMEF Padre Joaquim Aparecido Rocha	Rua José Carlos Wolf, s/nº - Jd. Tancredo Neves	14	-
19.	EMEF "Profª. Maria Albertina Bannwart Berdu"	Av. B, s/nº - Núcleo Residencial Jd. Carlos Aldrovandi	04	-
20.	Creche Jd. Oliveira Camargo	R. Yoriko Gonçalves s/n- Jd. Oliveira Camargo	03	80
21.	EMEI – Creche Luciana Cândido Carneiro	Jd. Tropical	02	100
22.	EMEI "Profª. Alice de Mattos Wolf" e Creche Pajem	Rua Itu, s/nº Jd Primavera	02	100
23.	EMEI "Profº. Nízio Vieira"	Rua Jordalino Pietrobom, nº 297 – Jd. Morada do Sol	04	2ª ampliação
24.	EMEI do Parque das Nações	Rua Engº. Francisco M. I. de Souza, s/nº - Pq. Das Nações	02	-
25.	Creche/EMEI Parque Residencial Indaiá	Gleba 1 do Sítio Lagoa Preta	02	100
26.	Reforma da EMEI Francisca Lucinda Bueno	R. Dois, nº 382 – Jd. Lauro Bueno	-	-
27.	Cobertura da quadra da EMEF "Profº Luiz Carlos Batista de Moura"	Rua Antonio Cantelli, nº 1315 – Jardim São Conrado	-	Quadra

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2003 – 2013

ANEXO 1 – UNIDADES ESCOLARES CONSTRUÍDAS E AMPLIADAS NO PERÍODO: 1997 – 2003

	UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO	SALAS	VAGAS
28.	Reforma da EMEF "Profª. Maria Ignêz Pinezzi"	Rua Antonio Magnusson, nº 82 – Jardim João Pioli	-	-
29.	Reforma de Galpão em Escola de Ensino Fundamental – VIBER	Av: Tamandaré, Quadra 91, Lote 1, Gleba 2.	08	-
30.	Ampliação da EMEIEF "Profª. Janette Vieira Vaqueiro"	Rua Alexandre Ratti, nº 28 – Vila Brizolla	-	-
31.	Construção de Creche Municipal Jardim Adriana	Jd. Adriana	02	100
32.	Demolição / caixa d'água e ampliação da EMEI Sinésia Martini	Praça Votura, s/nº – Jd. Pau Preto	01	-
33.	Reforma da EMEI "Profª Alice de Mattos Wolf" e Creche Pajem	Rua Itu, s/nº Jd. Primavera	-	-
34.	Cobertura da quadra da EMEF "Profª. Elizabeth de Lourdes C. Sigrist"	Rua Orlando Barnabé, nº 377 – Jardim Morada do Sol	-	-
35.	Construção Escola Padrão de Ensino Fundamental I / quadra Poli esportiva	Jd. Morada do Sol	07	Cedida ao Estado
36.	Construção de EMEF com 12 salas	Jd. Morada do Sol	15	-
37.	Construção Escola Ambiental Bosque do Saber	Jd. Primavera	04	-
38.	Reforma da EMEI "Prof. Galdino A. Lopes Chagas"	Rua Yoriko Gonçalves s/n- Jd Oliveira Camargo	-	-
39.	Construção da Creche Municipal - Jd. João Pioli II – Dr. Jácomo Nazário	Jd. João Pioli II	02	100
40.	EMEI Elvira Maria Maffei	R. Helena Tomasi, 107- Jd Rêmulo Zoppi	04	-
41.	EMEF Prof. Wellington Lombardi Soares	R. Tamoio – Jd. Camargo Andrade	06	-
42.	EMEI Sueli T. Amstalden	CECAP	03	-
43.	Creche Pingo de Gente	CECAP	-	100
44.	CIAEI – Centro Integrado de Atendimento à Educação de Indaiatuba	Jardim Esplanada II	-	-

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003 – 2013

ANEXO – 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEME

U.E. _____ **Município:** _____

Quadro Curricular – Ensino Fundamental **Regular**

Ano de início: 1998 Módulo: 40 semanas/ano

Período: Ciclo I – 1ª a 4ª série

Carga Horária: 1.000 horas anuais – 25 horas semanais

		Ciclo I			
Legislação	**Ano**				
	Série	**1ª**	**2ª**	**3ª**	**4ª**
L.F. 9394/96	**Língua Portuguesa**	8	8	7	7
	História	1	1	2	2
B	**Geografia**	1	1	2	2
a C	**Matemática**	8	8	7	7
s o	**Ciências**	2	2	2	2
e m	**Educação Artística**	2	2	2	2
u	**Educação Física**	2	2	2	2
m					
Total da Base Comum		24	24	24	24
Parte					
Diversificada	**Filosofia**	1	1	1	1
Total Geral		25	25	25	25

Ensino Religioso: obrigatório para a Escola, optativo para o aluno.

Aprovação do C.M.E. **Data:** _____ / _____ /_____

_____ _____

Diretor da Escola

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003 – 2013

A Construção do Conhec. Geométrico e o Desen. da Inteligência na Cr

ANEXO – 3

Capacitações em Serviço

Da Equipe Técnico-Pedagógica da SEME

Atividades
Estudos dos capacitadores para aplicação do PCN na área de Geografia
Estudos dos capacitadores para aplicação do PCN na área de Matemática
Estudos dos capacitadores para aplicação do PCN na área de História
Estudos dos capacitadores para aplicação do PCN na área de Ciências
Estudos dos capacitadores para aplicação do PROFA – Programa de Formação de Professores Alfabetizadores
Reuniões de Estudos para definições de prioridades pedagógicas e administrativas com as Unidades Escolares
Desenvolvimento Motivacional – Trabalho em equipe, gestão e qualidade
Pedagogia Cidadã
Curso de Pedagogia – UNICAMP
Reeducation Program – Relações Interpessoais
PTA – Artes, Música, Alfabetização e Psicomotricidade
Estudo dos Capacitadores para aplicação da Tecnologia na Educação

Kobayashi

Palestras

De Funcionários de Apoio e Monitores de Creche da SEME

Atividades
Relações Pessoais, Auto-Conhecimento, Gestão de Conflitos e Trabalho em Equipe
Piaget para Monitores de Creche: Desenvolvimento Infantil de 0 a 4 anos
Oficinas de Estudo: Primeiros Socorros, Brincando e Aprendendo, Boquinha Encantada, Importância do Toque, Família e o Papel da Mulher
IESDE – Curso de Magistério a nível Médio
Reeducation Program – Relações Interpessoais
Desenvolvimento Moral na Perspectiva Construtiva

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003 – 2013

ANEXO – 4

Capacitações em Serviço

Do Corpo Docente da SEME

Atividades
PCN na área de Geografia
PCN na área de Matemática
PCN na área de História
PCN na área de Ciências
PROFA – Programa de Formação de Professores Alfabetizadores
Desenvolvimento Motivacional – Trabalho em equipe, gestão e qualidade
Pedagogia Cidadã
Curso de Pedagogia – UNICAMP
Reeducation Program – Relações Interpessoais
Planejamento e Avaliação
~~Desenvolvimento da Inteligência~~ ~~x Cognitivo~~ ~~Moral~~ Piaget p/ Professores (Desenv. Moral e Educação Desenv. Cognitivo)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003 – 2013

ANEXO 5

REDE PARTICULAR – EDUCAÇÃO INFANTIL / 2003

Nome da Unidade Escolar	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	Total
Abelhinha Sapeca Centro de Educação Infantil	48	56	104
Algodão Doce Escola de Educação Infantil	14	22	36
Associacao Ravage de Assistência à Criança	90	-	90
Balão Mágico Escola de Educação Infantil	-	92	92
Benedicta Rangel Nogueira – Nosso Lar	27	-	27
Candelária Colégio Ens. Médio E Profissionalizante	-	26	26
Casa da Criança Jesus de Nazaré	39	79	118
Castelinho do Saber S/C Ltda	5	35	40
Cata-Vento Escola de Educação Infantil	55	92	147
Centro de Ed. Atlântida Esc. de Educ. Infantil	19	14	33
Centro de Educação da Vida – Branca de Neve	5	62	67
Centro Educacional e Esportivo Maranata S/C	13	36	49
Centro Educacional Parque Ecológico	32	104	136
Colégio Brasil	-	67	67
Colégio Conquista S/C Ltda	11	52	63
Colégio Eco Mundi S/C Ltda	-	55	55
Colégio Escala Escola de Educ. Inf. Carrossel	10	44	54
Colégio Pedagógico Futura Ltda Me	9	10	19
Colégio Projeção	4	32	36
Cooperativa Educ. de Indaiatuba Unidade I	12	19	31
Creche Mãe Rainha	18	23	41
EEI e Berçário Recanto dos Baixinhos	13	17	30
Escola Adventista de Ensino Fundamental de Indaiatuba	-	27	27
Escola Comunitária Pedacinho do Céu	26	28	54
Escola Meta de Ensino Fundamental e Médio	23	13	36
Estrelinha Mágica Escola de Educação Infantil	17	20	37
Instituição Educacional Monteiro Lobato S/C Ltda	6	27	33
Jardim Encantado Berçário e Hotelzinho S/C Ltda	22	36	58
Leonides Curi Profa Col Esc. Ed. Inf. Casinha Da Vovó	18	29	47
Lírios dos Vales Escola de Educação Infantil	8	41	49
Nova Concepção Berçário e Educação Infantil	29	12	41
Pingüinho de Gente EEI	8	4	12
Ratimbum Escola Infantil	25	13	38
Sistema Educacional Alfabeto S/C Ltda	22	19	41
Sossego Da Mamãe Berçário E Educação Infantil	8	27	35
Tom & Jerry Centro de Recreação Infantil	3	14	17
Trem da Alegria Centro de Recreação	20	32	52
Zip Zap Escola de Educação Infantil	3	16	19
Total Geral			**1.957**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003 – 2013

ANEXO 6

SESI – Centro de Educação Infantil n°. 10 – Indaiatuba / 2003

Fases	Número de Alunos
IV	100
V	101
VI	99
Total Geral	**300**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2003 – 2013
ANEXO 7 – REDE MUNICIPAL - EDUCAÇÃO INFANTIL / 2003

Nome da Unidade Escolar	Berçário			Maternal			Pré escola - Níveis			Total
	I	II	III	I	II	III	I	II	III	
1. Creche Assembléia de Deus	-	-	-	19	14	32	-	-	-	65
2. Creche Camargo Andrade	7	5	-	9	-	12	-	-	-	33
3. Creche Francisca Amaral	12	12	16	15	16	40	-	-	-	111
4. Creche José Balduíno de Campos	12	13	34	18	16	26	-	-	-	119
5. Creche Maria de Lourdes Falleiros Pedro	10	13	17	25	17	46	-	-	-	128
6. Creche Morivaldo Antonio Moraes	14	13	31	20	21	20	-	-	-	119
7. Creche Pajem	9	13	15	15	18	18	-	-	-	88
8. Creche Pingo de Gente	-	-	-	-	18	27	-	-	-	45
9. Creche Amiguinhos de Jesus	12	25	-	25	25	25	12	-	-	124
10. Creche Dona Rosinha Candello	-	-	-	48	25	27	-	140	280	520
11. Creche Esmeralda Martini de Paula	28	20	21	24	25	-	32	-	-	150
12. Creche Luciana Cândido Carneiro	12	12	12	12	13	-	-	56	49	166
13. Creche Ravage	8	8	8	11	12	-	20	20	18	105
14. EMEI Archimedes Prandini	-	-	-	-	-	-	24	76	76	176
15. EMEI Doardo Borsari	-	-	-	-	-	-	-	8	23	31
16. EMEI Elvira Maria Maffei	-	-	-	-	-	-	48	78	75	201
17. EMEI Francisca Lucinda Bueno	-	-	-	-	-	-	94	144	94	332
18. EMEI Galdino Lopes Chagas	-	-	-	-	-	-	24	74	113	211
19. EMEI Itaici	-	-	-	-	-	-	10	9	21	40
20. EMEI Jácomo Nazário	-	-	-	-	-	-	-	-	123	123
21. EMEI Joanna Gurgel	-	-	-	-	-	-	27	63	65	155
22. EMEI João Emílio Angelieri	-	-	-	-	-	-	42	56	40	138
23. EMEI José Pavani	-	-	-	-	-	-	41	47	25	113
24. EMEI Lúcia Steffen	-	-	-	-	-	-	21	49	24	94
25. EMEI Maria Conceição G. Bega	-	-	-	-	-	-	41	42	84	167
26. EMEI Maria João Campos	-	-	-	-	-	-	-	64	128	192
27. EMEI Nízio Vieira	-	-	-	-	-	-	38	366	356	760
28. EMEI Oswaldo Antonio Tuon	-	-	-	-	-	-	109	128	116	353
29. EMEI Parque das Nações	-	-	-	-	-	-	80	48	64	192
30. EMEI anexa SAB XII de Junho	-	-	-	-	-	-	-	96	96	192
31. EMEI Sinésia Martini	-	-	-	-	-	-	17	31	37	85
32. EMEI Suely Teresinha Amstalden	-	-	-	-	-	-	142	132	126	400
Total Geral										**5.728**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003 – 2013

ANEXO 8

REDE PARTICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL / 2003

Nome da Unidade Escolar	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Total
Centro Educacional Parque Ecológico	60	52	59	50	59	54	58	58	450
Colégio Anglo/Campinas - Unidade Indaiatuba	-	-	-	-	18	36	29	52	135
Colégio Brasil	24	33	21	18	27	18	17	15	173
Colégio Candelária Ensino Médio e Profis.	59	66	65	47	56	70	47	39	449
Colégio Conquista S/C Ltda	21	14	12	17	-	-	-	-	64
Colégio Eco Mundi S/C Ltda	11	7	-	-	-	-	-	-	18
Colégio Emmanuel	22	29	26	31	24	36	26	23	217
Colégio Escala Esc. Ens. Fund. Alavanca	33	33	37	31	39	22	25	10	230
Colégio Fenix	9	7	3	-	-	-	-	-	19
Colégio Infinitus	10	7	6	2	-	-	-	-	25
Colégio Projeção	16	23	34	19	40	53	60	67	312
Colégio Raízes - COC Indaiatuba	-	-	-	-	7	9	17	25	58
Colégio Tarsila do Amaral	10	21	11	21	30	30	51	38	212
Colégio União S/C Ltda	8	10	15	16	22	13	15	14	113
Cooperativa Educ. de Indaiatuba Unid. I	5	6	7	10	8	6	-	-	42
Escola Adventista de Ens. Fund. de Indaiatuba	16	17	18	17	20	18	10	-	116
Escola Comunitária Pedacinho do Céu	8	7	-	-	-	-	-	-	15
Escola Meta de Ensino Fundamental e Médio	16	9	11	15	11	13	4	7	86
Instituição Educ. Monteiro Lobato S/C Ltda	8	16	10	12	-	-	-	-	46
Leonides Curi Col. Ed. Inf. Casinha da Vovó	11	12	8	7	-	-	-	-	38
Total Geral									**2.818**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003 – 2013

ANEXO 9

REDE ESTADUAL – ENSINO FUNDAMENTAL / 2003

Nome da Unidade Escolar	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Total
E.E. Prof. Antônio de Pádua Prado	-	-	-	-	241	442	84	211	978
E.E. Profª. Áurea Moreira da Costa	136	150	166	135	-	-	-	-	587
E.E. Aurora Scodro Groff	-	-	-	-	166	133	171	204	674
E.E. Profª. Benedita Wagner Campos	146	97	117	176	-	-	-	-	536
E.E. Prof. Dr. Camilo Marques Paula	-	-	-	-	143	92	76	248	559
E.E. Prof. Carlos Tancler	-	-	34	98	74	73	61	77	417
E.E. Profª. Deolinda Maneira Severo	-	131	74	115	92	83	82	114	691
E.E. Doardo Borsari	75	66	99	86	-	-	-	-	326
E.E. Prof. Geraldo Enéas de Campos	-	-	-	103	163	101	67	65	499
E.E. Profª. Helena de Campos Camargo	-	-	-	-	135	201	204	272	812
E.E. Prof. Hélio Cerqueira Leite	-	-	-	-	73	132	131	268	604
E.E. Jardim Alice	-	-	-	-	219	172	76	303	770
E.E. Joaquim Pedroso de Alvarenga	-	-	-	-	123	125	84	129	461
E.E. Profª. Maria Apparecida Pinto da Cunha	-	-	-	-	237	174	210	193	814
E.E. Profª. Maria Cecília Ifanger	82	61	86	89	-	-	-	-	318
E.E. Profª. Maria de Lourdes Stipp Steffen	-	-	-	193	189	239	147	-	768
E.E. Prof. Milton Leme do Prado	-	-	-	-	106	166	215	374	861
E.E. Morada do Sol IV	-	138	73	116	138	-	-	-	465
E.E. Randolfo Moreira Fernandes	-	-	-	-	60	-	-	-	60
E.E. São Nicolau de Flüe	-	-	64	63	110	95	91	94	517
E.E. Profª. Suely Terezinha Amstalden	31	31	31	40	-	-	-	-	133
E.E. Profª. Suzana Benedicta Gigo Ayres	-	-	-	-	112	159	602	119	992
									12.842

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003 – 2013

ANEXO 10

REDE MUNICIPAL - ENSINO FUNDAMENTAL / 2003

Nome da Unidade Escolar	Regular Séries				Supletivo PEBS			Especial PAEE			Pré escola Níveis			Total
	1ª	2ª	3ª	4ª	I	II	III	D.M.	D.A.	D.V.	I	II	III	
1. EMEF Profª. Janette Vieira Vaqueiro	189	150	163	-	25	29	28	-	-	-	-	-	-	584
2. EMEF Profª. Yolanda Steffen	116	134	133	61	-	-	-	166	53	23	-	-	-	686
3. EMEF Profª. Maria Benedicta Guimarães	197	242	161	141	-	-	-	-	-	-	-	-	-	741
4. EMEF Profª. Elizabeth de Lourdes C. Sigrist	255	303	285	216	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1059
5. EMEF Prof. Antonio Luis Balaminuti	93	75	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	204
6. EMEF Prof. Aparecido Batista dos Santos	166	169	139	96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	570
7. EMEF do Jardim Oliveira Camargo	111	-	-	-	35	-	-	-	-	-	-	-	-	146
8. EMEF Padre Joaquim Aparecido Rocha	167	176	193	188	20	20	17	-	-	-	-	-	-	781
9. EMEF Prof. Luiz Carlos Batista de Moura	190	212	197	198	33	-	10	-	-	-	-	-	-	797
10. EMEIEF Profª. Maria Albertina B. Berdu	77	55	41	38	10	7	-	-	-	-	-	29	64	321
11. EMEF Profª. Maria Ignês Pinezzi	193	222	216	193	-	-	-	-	-	-	-	-	-	824
12. EMEF Profª. Maria Nazareth Pimentel	172	-	-	-	17	-	-	-	-	-	-	-	-	189
13. EMEF Prof. Osório Germano e Silva Filho	93	95	97	86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	371
14. EMEF Profª. Walda Stocco Prandini	69	106	161	168	35	67	72	-	-	-	-	-	-	678
15. EMEF Prof. Wellington Lombardi Soares	73	76	84	92	-	-	-	-	-	-	-	-	-	325
16. EMEIEF Dom Ildefonso Stehle	31	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	38	117
17. EMEF da Víber	47	-	-	-	16	34	35	-	-	-	-	-	-	132
Total Geral														**8.525**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003 – 2013

ANEXO 11

SESI – Centro Educacional n°. 420 – Indaiatuba

Ensino Fundamental / 2003

Ciclos							
I		II		III		IV	
1° ano	2° ano	1° ano	2° ano	1° ano	2° ano	1° ano	2° ano
105	121	121	120	122	126	119	112
Total Geral							946

Observação: O Ciclo I eqüivale a 1ª. e 2ª. séries.
O Ciclo II eqüivale a 3ª. e 4ª. séries.
O Ciclo III eqüivale a 5ª. e 6ª. séries.
O Ciclo IV eqüivale a 7ª. e 8ª. séries.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003 – 2013

ANEXO 12

REDE ESTADUAL – ENSINO MÉDIO / 2003

Nome da Unidade Escolar	1ª série	2ª série	3ª série	Total
E.E. Profª. Annunziatta Leonilda Virginelli Prado	187	123	163	473
E.E. Prof. Antônio de Pádua Prado	399	381	272	1052
E.E. Prof. Dr. Camilo Marques Paula	318	241	204	763
E.E. Profª. Deolinda Maneira Severo	99	72	42	213
E.E. Prof. Hélio Cerqueira Leite	263	200	171	634
E.E. Jardim Alice	369	225	211	805
E.E. Joaquim Pedroso de Alvarenga	142	116	65	323
E.E. Dom José de Camargo Barros	609	551	544	1704
E.E. Prof.Milton Leme do Prado	285	262	201	748
E.E. Randolfo Moreira Fernandes	330	322	276	928
E.E. Profª. Suzana Benedicta Gigo Ayres	249	248	185	682
Total Geral				**8.325**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003 – 2013

ANEXO 13

REDE PARTICULAR - ENSINO MÉDIO / 2003

Nome da Unidade Escolar	1ª série	2ª série	3ª série	Total
Colégio Anglo/Campinas - Unidade Indaiatuba	46	47	63	156
Colégio Candelária Ensino Médio e Profissionalizante	61	35	21	117
Colegio Emmanuel	27	12	21	60
Colégio Projeção	50	54	52	156
Colegio Raízes - COC Indaiatuba	44	22	30	96
Colegio Tarsila do Amaral	84	117	104	305
Colégio União S/C Ltda	11	8	-	19
Instituto de Educação Parque Ecológico	46	46	42	134
Total Geral				**1.043**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2003 – 2013

ANEXO 14

REDE MUNICIPAL – DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/ 2003

Nome da Unidade Escolar	Total
EMEF do Jardim Oliveira Camargo	40
EMEF Padre Joaquim Aparecido Rocha	73
EMEF Prof. Luiz Carlos Batista de Moura	89
EMEIEF Profª. Maria Albertina B. Berdu	29
EMEF Profª. Maria Nazareth Pimentel	25
EMEF Profª. Walda Stocco Prandini	238
EMEF da Víber	91
Total Geral	**585**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003 – 2013

ANEXO 15

PAEE – Programa de Apoio à Educação Especial

Auditivo	Mental	Visual	Total
53	166	23	242

APAE – Escola de Educação Especial de Indaiatuba

Educação Infantil	Ensino Fundamental	EJA	Oficinas	Total
16	52	39	56	163

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003 – 2013

ANEXO 16

ENSINO PROFISSIONALIZANTE / 2003

Centro de Educ. Profissional de Indaiatuba - CEPIN

COLÉGIO TÉCNICO DE INDAIATUBA DA FIEC

PERÍODO: MATUTINO							
Módulo/Curso	*Nº de Alunos Matriculados*	*Nº de Alunos Desistentes*	*Nº de Alunos Evadidos*	*Nº de Alunos Retidos*	*Nº de Alunos Progr.Parcial*	*Tranc.de Matrícula*	*Total*
3º Enfermagem	38	0	4	0	2	0	34
3º Gest. Emp.	23	0	0	0	0	0	23
3º Turismo	16	0	0	0	0	0	16
TOTAL	**77**	**0**	**4**	**0**	**2**	**0**	**73**

PERÍODO: VESPERTINO							
Módulo/Curso	*Nº de Alunos Matriculados*	*Nº de Alunos Desistentes*	*Nº de Alunos Evadidos*	*Nº de Alunos Retidos*	*Nº de Alunos Progr.Parcial*	*Tranc.de Matrícula*	*Total*
1º Enfermagem	40	0	1	0	0	0	39
4º Enfermagem	20	0	0	0	0	1	19
1º Gestão Empr.	40	0	0	0	0	0	40
1º Pr. Comp.	40	0	1	0	0	0	39
1º Proc. Quím.	40	0	0	0	0	0	40
TOTAL	**180**	**0**	**2**	**0**	**0**	**1**	**177**

PERÍODO: NOTURNO							
Módulo/Curso	*Nº de Alunos Matriculados*	*Nº de Alunos Desistentes*	*Nº de Alunos Evadidos*	*Nº de Alunos Retidos*	*Nº de Alunos Progr.Parcial*	*Tranc.de Matrícula*	*Total*
2º Edificações	26	0	0	0	0	0	26
3º Edificações	23	0	0	0	0	0	23
2º El.Eletrônica	33	0	0	0	0	0	33
3º El.Eletrônica	33	0	0	0	0	0	33
1º Gestão Empr.	40	1	0	0	0	0	39
2º Gestão Empr.	30	0	3	0	0	0	27
3º Gestão Empr.	34	0	0	0	0	0	34
1º Prog. Comp.	40	0	1	0	0	0	39
2º Prog. Comp.	29	0	0	0	0	1	28
3º Prog. Comp.	24	0	0	0	0	0	24
2º Proc. Quim.	29	0	0	0	0	0	29
3º Proc. Quím.	32	0	0	0	0	0	32
1º Ind. Mec.	40	1	1	0	0	0	38
TOTAL	**413**	**2**	**5**	**0**	**0**	**1**	**405**

Total Geral	*Nº de Alunos Matriculados*	*Nº de Alunos Desistentes*	*Nº de Alunos Evadidos*	*Nº de Alunos Retidos*	*Nº de Alunos Progr.Parcial*	*Tranc.de Matrícula*	*Total Freqüentes*
	670	*2*	*11*	*0*	*2*	*2*	*655*

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003 – 2013

ANEXO 17

REDE PARTICULAR - ENSINO PROFISSIONALIZANTE / 2003

Nome da Unidade Escolar	Masculino Diurno	Feminino Diurno	Masculino Diurno	Feminino Diurno	Total
Colégio Candelária Ensino Médio e Profissionalizante	-	-	60	70	130
Colégio Cetec	-	-	22	96	118
Escola Cici - Cursos e Palestras	1	9	45	181	236
Centro Evang. de Educ. e Cult. Pr. Raimundo Soares de Lima	19	13	-	-	32
Total Geral					**516**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003 – 2013

ANEXO 18

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

IESDE – INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL LTDA - UNIDADE INDAIATUBA / 2003

Categoria		Turmas	Número de Alunos
0017	CEI – Curso de Especialização – Educação Infantil	01	10
0001	CND – Classe de Normal Descentralizada	02	45
0016	CND – PE – Escola Pública	-	-
0020	Outros – Aperfeiçoamento em Artes	-	-
Total Geral		**03**	**55**